

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

PUC-SP

**Programa de Estudos de Pós-Graduados em Educação: História, Política,
Sociedade**

Ísis Santos Fernandes

**A escolarização da população negra no município de Santos: um estudo por
meio dos indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos – MEC/INEP**

Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade

São Paulo

2016

Ísis Santos Fernandes

A escolarização da população negra no município de Santos: um estudo por meio dos indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC/INEP

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno.

São Paulo

2016

Banca Examinadora

Agradeço ao CNPq pelo financiamento para a realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Durante minha jornada aprendi que dificilmente realizamos um sonho sem ajuda de alguém. Hoje compreendo que as pessoas não surgem em nossas vidas por acaso. Existem aqueles que nos apoiam, nos encorajam e proporcionam meios para que consigamos seguir em frente. Eu sei que sozinha seria praticamente impossível.

Eu sou imensamente grata a muitos que me ajudaram durante o meu percurso no mestrado, foi um tempo de bastante angústia, mas também de muita alegria e aprendizado. Portanto, agradeço:

à minha mãe e ao meu pai, ambos cheios de amor, carinho, compreensão e incentivo em todos os aspectos da vida;

aos meus amigos e companheiros de luta do EDUCAFRO: Victor, Renata, Francis, Jorge, Daniela Origuella, João Domingos e Júlio. Todos me apoiaram e providenciaram meios para a realização deste trabalho;

à Michelle Melina, pela disposição em tirar as minhas dúvidas. Sempre solidária e paciente;

aos meus amigos Márcio Leite, Paulino Albuquerque, Ivan e Daniel Shinzato, pois fizeram suas contribuições ao disponibilizarem parte de seus tempos;

ao programa de pós-graduação EHPS, pelo privilégio de ter sido aceita;

aos professores Carlos, Leda, Kazumi e Odair pelas aulas inspiradoras que proporcionaram um novo olhar sobre a educação;

aos meus amigos do mestrado Nal, Góes, Janaína, Vagner e Chirley, pelos momentos de alegrias e incentivo. São amigos que marcaram a minha vida;

ao CNPq pelo apoio financeiro e pela bolsa de estudos;

Por fim, agradeço ao meu querido orientador Dr. José Geraldo Silveira Bueno pela dedicação e, principalmente, pela paciência. Um grande exemplo a ser seguido. Sem ele eu jamais teria conseguido realizar esse sonho.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar um estudo comparativo das condições de escolaridade e do desempenho escolar de alunos negros e brancos no município de Santos em comparação com os do estado de São Paulo e do Brasil, por meio dos indicadores educacionais do Censo Escolar publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, referentes ao ano de 2014. A escolha do município se deu em razão da relação estreita entre negritude, pobreza e desigualdade social e educacional apresentada por estudos e pesquisas. Na medida em que o município se situa na 6^a colocação brasileira em termos de qualidade de vida (no qual um dos indicadores fundamentais é a qualidade da educação) e apresenta índices proporcionalmente baixos de negros, a hipótese norteadora foi a de que esta situação possibilitaria uma oferta de processos educativos mais qualificados. Para coleta e análise dos dados relativos às condições de escolaridade foram utilizados os dados do Censo Escolar referentes às matrículas globais, por tipo de escola (pública x privada) e nível de escolaridade. O principal achado foi que a pujança econômica do município, o alto índice de qualidade de vida e a pouca incidência de negros em Santos não redundou em maiores oportunidades educacionais para a população negra em relação às apresentadas no Estado e no País.

Palavras-chave: indicadores educacionais; escolarização; relações raciais; desigualdade educacional

ABSTRACT

This study aimed to carry out a comparative study of schooling conditions and school performance between black and white students in the city of Santos and the state of São Paulo in Brazil, through educational indicators of the School Census published by the National Research Institute Education - INEP, in the year 2014. The choice of municipality was due the close relationship shown by studies and surveys between blackness, poverty and social and educational inequality. To the extent that the municipality is located at the 6th Brazilian position in terms of quality of life (including one of the key indicators is the quality of education) and has low black proportional index, the guiding hypothesis was that this would enable supply most qualified educational processes. To collecting and analyzing data in relation to schooling conditions were used School Census data relating to global enrollment by type of school (public x private) and education level. The main finding was: the economic strength of the city, the high level of quality of life and the low incidence of blacks people in Santos did not result in greater educational opportunities for the black population that occurred in the state and in the country.

Keywords: educational indicators; education; race relations; educational inequality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 RELAÇÕES RACIAIS E A SITUAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL	20
1.1 Pobreza, desigualdade e escolarização no Brasil	24
1.2 Distribuição da população no território brasileiro e a situação do negro no Brasil de hoje	28
1.3 Processos de escolarização e raça	31
1.4 Processos de escolarização, raça e espaço social	39
2. ESCOLARIZAÇÃO E RAÇA NO MUNICÍPIO DE SANTOS	41
2.1 A cidade de Santos	41
2.1.1 A vida econômica do município	42
2.1.2 A população negra santista	43
2.1.3 Os Índices Educacionais santistas	52
2.2 Apresentação dos resultados	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela X – Indicadores educacionais da população segundo a cor (por porcentagem)	14
Tabela 2 – Distribuição percentual da população brasileira por cor	29
Tabela 3 – Quantidade e proporção de pobres e indigentes segundo a cor (1999)	30
Tabela 4 – Distribuição percentual de analfabetismo por cor e região (2010)	34
Tabela 5 – Índice de analfabetismo da população jovem por cor e faixa etária (2010)	34
Tabela 6 – Pessoas jovens que nunca frequentaram a escola por cor e faixa etária (2010)	35
Tabela 7 – Não frequência atual à escola, mas que já frequentaram, por cor e faixa etária (2010)	36
Tabela 8 – Distribuição (percentual) de alunos brancos e negros de 15 a 24 anos entre os níveis/etapas de ensino (2010)	36
Gráfico 1 – Defasagem idade-série média na faixa etária de 10 a 18 anos, segundo sexo e cor. (Brasil, 1999)	37
Tabela 9 – Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais, por gerações (grupos de idade), segundo a cor ou raça (2000)	38
Tabela 10 – População residente, cor ou raça: Brasil, Estado de São Paulo, municípios da Baixada Santista e Santos (2010)	44
Tabela 11 – Distribuição percentual da população pelos municípios da Baixada Santista e por renda nominal – salários mínimos (pessoas com 10 anos de idade ou mais) (2010)	45
Tabela 12 – Distribuição da população negra e branca santista, pelas áreas geográficas	47
Figura 1 – Condomínio de luxo situado no Morro de Santa Terezinha.	49
Figura 2 – Morro do Pacheco.	49
Tabela: 13 – Distribuição da População em Aglomerados Subnormais	51
Tabela 14 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade	52
Gráfico 2 – População escolar por faixa etária no município de Santos, Estado de São Paulo e Brasil (2010)	53

Tabela 15 – Estabelecimentos de Ensino Fundamental por instância administrativa e por município	54
Tabela 16 – Distribuição da população escolar da Educação Básica pelos municípios da Baixada Santista	55
Tabela 17 – Matrículas totais na Educação Básica, por raça (2014)	57
Tabela 18 – Matrículas totais na Creche, por instância administrativa e por raça (2014)	59
Tabela 19 – Matrículas totais na Pré-Escola, por instância administrativa e por raça (2014)	61
Tabela 20 – Matrículas totais no Ensino Fundamental, por instância administrativa e por raça (2014)	63
Tabela: 21 – Matrículas no Ensino Médio, por instância administrativa e por raça (2014)	65

INTRODUÇÃO

Enquanto cursava a minha graduação de Licenciatura em Letras, tive a oportunidade de refletir sobre as condições do ensino brasileiro, levantando diversos questionamentos a respeito das desvantagens que os alunos das escolas públicas apresentam durante a sua trajetória escolar.

Durante essas reflexões, passei a observar o perfil dos alunos que estudam nas redes públicas. O que me interessou em especial foi o perfil dos alunos que estudam nas escolas das periferias e subúrbios das cidades da Baixada Santista.

A partir deste momento, realizei alguns estudos sobre os desempenhos educacionais dos alunos que frequentam as escolas públicas e, no decorrer deles, constatei que entre todos os alunos, a maioria dos que se encontram em condições de fracasso escolar são pretos e pardos, que serão denominados como negros neste trabalho.

Louzano (2013) constatou que, apesar de observar uma leve diminuição na desigualdade racial no país, as estatísticas comprovam que, quando trata do nível de escolaridade alcançado (considerando-se tanto o país em geral quanto as diversas regiões geográficas individualmente), os estudantes pretos têm uma probabilidade maior de fracasso escolar que seus colegas pardos e brancos, mesmo com a adoção de medidas que procuram minimizar essa desigualdade¹. O gênero também tem um grande impacto para a situação de fracasso escolar, expresso, segundo a autora, pelos índices de abandono, evasão, repetência e notas baixas. Por meio de abordagem qualitativa, ela mostra uma crescente diferenciação na experiência escolar entre meninas e meninos, com os meninos mais propensos à reprovação e ao abandono escolar do que as meninas.

Além disso, constatou-se também que, embora a desvantagem na escolaridade atinja de forma gritante os alunos pretos, aqueles caracterizados como

¹Como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (que determina em seu artigo 53 que é direito de toda criança e de todo adolescente ter acesso à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, e dispõe através do artigo 54 que é dever do Estado assegurar à criança e o adolescente o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, ambos gratuitos).

pardos também apresentam desvantagens nas pesquisas realizadas. (HASENBALG e SILVA, 1990).

A partir destes resultados, passei a me interessar ainda mais por assuntos relacionados às desigualdades raciais, foi quando tive a oportunidade de servir como voluntária no projeto EDUCAFRO, criado na cidade de Salvador-BA no ano de 1989 pelo frei David Raimundo dos Santos (membro da Ordem Franciscana) e disseminado por diversas cidades do Brasil.

O propósito do EDUCAFRO é minimizar as diferenças raciais de escolarização por meio de uma educação voltada especialmente aos negros, aos indígenas e a todos que são considerados pobres; proporcionando cursos preparatórios para vestibulares e concursos públicos. Atualmente, o seu maior foco é a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Atualmente ainda participo do projeto e, em minhas aulas, observo que a maior parte dos alunos é branca, com poucos alunos pardos e quase nenhum preto. Essa situação me deixou ainda mais intrigada pois, como foi dito, o propósito do EDUCAFRO é atender principalmente o estudante negro, a fim de minimizar as desigualdades sociais e raciais auxiliando os negros e pardos a alcançarem o nível superior de ensino. A experiência como professora na EDUCAFRO permitiu compreender que em muitos casos os alunos (especialmente os negros) acumulam fracassos durante as suas trajetórias escolares e suas vidas e, dessa maneira, ao terminarem o Ensino Fundamental acabam “saindo do jogo”, pois percebem que as possibilidades de sucesso e ascensão são quase nulas. Ao se perceberem como impotentes e insignificantes, acabam aceitando a condições que lhes foram impostas.

Além dessa experiência no projeto EDUCAFRO, minha atuação como professora eventual em uma escola da rede estadual paulista mostrou que os alunos que demonstravam mais interesse em prestar vestibular ou mesmo em realizar algum tipo de curso técnico eram os alunos brancos.

Todavia, as minhas impressões a respeito das diferenças educacionais entre branco e negros – assim como as diferenças sociais e econômicas entre esses dois grupos – estavam carregadas da visão ingênua de igualdade de oportunidade para todos, assim como da ideia de uma democracia racial existente no Brasil. Essa perspectiva é criticada por Hasenbalg (1990), que denuncia que a maior parte da população pobre no Brasil é negra, ou seja, os pretos e pardos estão mais

vulneráveis à miséria e apresentam dificuldades econômicas maiores que os brancos.

A partir dessas experiências de vida, surgiu o interesse de pesquisar possíveis motivos responsáveis pelas desvantagens enfrentadas pelos negros (pretos e pardos), mesmo com estes convivendo com os brancos no mesmo meio social, na mesma sala de aula e na mesma comunidade.

Nesse sentido, cabe retomar Fernandes (1964) e sua perspectiva crítica sobre a utopia de o Brasil ser um país homogêneo, onde não há diferenças raciais e as “raças” convivem em harmonia, gozando de oportunidades iguais. Em sua obra, ele retoma os fatores históricos que contribuíram para a situação atual dos negros e pardos brasileiros, e afirma que as grandes transformações histórico-sociais não produziram as mesmas oportunidades para todas as camadas da população:

De fato, o conjunto de transformações que deu origem à "revolução burguesa", fomentando a universalização, a consolidação e a expansão da ordem social competitiva apenas beneficiou, coletivamente, os segmentos brancos da população. Tudo se passou, historicamente, como se existissem dois mundos humanos contínuos, mas estanques, com destinos opostos. O *mundo dos brancos* foi profundamente alterado pelo surto econômico e pelo desenvolvimento social, ligados à produção e à exportação do café, no início, e à urbanização acelerada e à industrialização, em seguida. O mundo dos negros ficou praticamente à margem desses processos socioeconômicos, como se ele estivesse dentro dos muros da cidade, mas não participassem coletivamente de sua vida econômica, social e política. (FERNANDES, 1964 p. 84).

Essa vantagem econômica dos brancos sobre os negros, ocasionada pela discriminação racial e expressa nas vantagens dos brancos com a expansão industrial no Brasil, assim como pela herança escravocrata, proporcionaram uma cisão significativa entre esses dois grupos, resultando em diferenças sociais que desfavoreceram os negros em quase todos os aspectos.

Este mesmo autor considera que após a abolição da escravatura não houve preocupação quanto ao futuro dos escravos libertos. Muitos fazendeiros optaram pelos serviços dos imigrantes europeus, desprezando os negros como mão de obra. Além do mais, os pretos e mulatos estavam eufóricos devido à liberdade que receberam a ponto de não se sujeitarem às condições de trabalhos impostas pelos fazendeiros após a abolição. De fato, os negros não foram preparados e disciplinados para o trabalho livre e assalariado durante o período da escravidão.

Todos esses fatores dificultavam a possibilidade de trabalho dos negros e, dessa maneira, os escravos libertos se viram em uma situação em que não tinham tanta opção de trabalho, vivendo em condições miseráveis e sofrendo toda ordem de dificuldades.

De acordo com Carvalho (1989), muitos negros optaram por viver nas grandes cidades, na esperança de maiores e melhores possibilidades de trabalho que, em grande parte das vezes não lhes era oferecida. Eles passaram a viver em moradias de extrema pobreza, tendo como intenção se alojar próximo a lugares que poderiam oferecer trabalhos. O acesso às oportunidades de trabalho era extremamente difícil, chegando ao ponto de pretos e mestiços passarem a se tornar um grande problema social, carregando a imagem de desordeiros, indisciplinados e vagabundos, uma vez que não foram preparados para a expansão industrial.

Passaram-se décadas e a realidade da população negra lentamente tem se modificado, no que diz respeito às oportunidades de trabalho e educação.

Munanga e Gomes (2006), utilizando estudos estatísticos realizados por ONGs e universidades, apresentam dados sobre as desvantagens econômicas da população negra. Segundo os autores, a maior parte da renda nacional encontra-se concentrada na população branca, especialmente entre os homens².

Segundo os autores, o fato da população branca possuir a maior parte da renda do país não indica que ela tenha obtido essa vantagem apenas por méritos e esforço próprio, isso ocorreu devido a fatores históricos e sociais anteriormente indicados não podendo ser deixados de lado.

Outro dado relevante que deve ser observado é que esta desvantagem não se deu somente na participação nas riquezas do país, efetivou-se também em todos os aspectos da vida social, inclusive na educação escolar.

Nesse sentido, Henriques (2001), demonstra que:

[...] a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma

² De acordo com o Censo Demográfico (2010), 50,74% dos que residem no Brasil se declararam pretos ou pardos. Ou seja, a população negra do país superou a população branca.

observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações. (HENRIQUES, 2001 p. 26).

No mesmo artigo, o autor apresenta dados estatísticos sobre a diferença de características educacionais da população jovem segundo a cor, conforme expresso na Tabela X, apresentada a seguir:

Tabela X – Indicadores educacionais da população segundo a cor (por porcentagem)

População	1992		1996		1999	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
De 15 a 25 anos analfabetas	4,5	13,4	3,3	10,3	2,6	7,6
De 7 a 13 anos que não frequentam a escola	7,6	16,4	4,8	10,7	2,4	4,8
De 14 a 17 anos que não frequentam a escola	31,0	40,6	22,6	30,7	15,6	21,0
De 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª série do Ensino Fundamental	29,3	54,3	23,0	46,8	17,6	37,5
De 18 a 23 anos que ainda não completaram o Ensino Secundário	77,2	90,9	71,6	88,6	63,1	84,4
De 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no Ensino Superior	92,0	98,5	90,6	98,2	88,8	97,7

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados apresentado por Henriques (2001).

Por esses dados constata-se que, em todo o período considerado, há evidentes desvantagens da população jovem negra.

Os percentuais das três primeiras categorias (analfabetos e de não frequência à escola na idade adequada) mostram que entre 1992 e 1999 ocorreu sensível melhoria na escolaridade, com a redução do analfabetismo adulto e do percentual de crianças e adolescentes que não frequentavam a escola em menos de uma década.

No entanto, a análise da melhoria dos índices mais baixos de escolaridade precisa levar em consideração que a situação da população branca já era muito superior à dos negros no ano inicial da série. Mesmo assim, na categoria dos adolescentes de 14 a 17 anos que não frequentavam a escola, a redução foi muito semelhante entre os sujeitos de ambas as raças, reduzindo-se praticamente pela metade.

No que se refere aos adolescentes de 11 a 17 anos que não completaram o 4º ano do Ensino Fundamental, verifica-se uma situação mais favorável aos brancos, pois a redução no período foi mais evidente do que a dos negros, apesar desses últimos alcançarem redução de mais de 11%.

Já nas duas últimas categorias, que expressam a situação de negros e brancos em níveis mais altos de escolaridade, a série histórica mostra sensível favorecimento da população branca, com uma redução de adolescentes que não completaram o Ensino Secundário de 77,2% para 63,1%, enquanto a da população negra foi de 90,9% para 84,4%. Em outras palavras, a situação, que já era favorável à população branca no ano inicial, teve sua diferença ampliada.

Mais grave ainda é a dificuldade de acesso dos jovens negros entre 18 e 25 anos ao Ensino Superior, pois embora os números mostrem que ambas as raças tinham muito poucas oportunidades, a situação relativamente melhor dos brancos (92,0% contra 98,5%) foi favorecida no período, na medida em que esse índice baixou para 88,8% (3,2% de redução), enquanto a dos negros sofreu redução de míseros 0,8%, com apenas 2,3% da população negra nessa faixa etária matriculados nesse nível de ensino.

Ou seja, a escolarização de alunos negros e o ingresso de todos à escola não redundaram no acesso dessa população à escolarização básica, pois todos os indicadores aqui apresentados mostram que, em relação à dos brancos, a situação escolar dos alunos negros continuou basicamente a mesma.

Trabalhando na perspectiva de que a identificação racial da criança é construída nas suas relações sociais, Carvalho (2005) investigou a caracterização dos alunos por parte de professores e constatou que os alunos considerados negros são vistos pelos educadores como os mais indisciplinados e com maiores dificuldades escolares; dados aos quais agregou a diferença de gênero, observando que os meninos que se autodeclararam negros (e assim foram classificados pelos educadores) apresentaram rendimento mais baixo, com grande parte deles sendo encaminhados para aulas de reforço ou avaliações psicológicas.

Pinto (1992) corrobora com esses achados e denuncia outro fator que pode comprometer ainda mais o ensino: a localização das escolas onde os alunos estudam. Geralmente, os alunos mais pobres frequentam escolas de pior qualidade, cujas localizações são periféricas e urbanisticamente degradadas. Nessas instituições de ensino há a predominância de um clima pessimista entre os alunos,

que tem como consequência um aproveitamento muito baixo por parte deles.

Assim como os autores citados, Ferraro (2009), em seu estudo sobre a trajetória escolar do branco e do negro, reiterou a reprodução continuada da desigualdade educacional que pesa sobre as pessoas negras, desvantagens essas que são históricas e que, apesar de terem sido de algum modo minimizadas, têm persistido até os dias atuais.

Em primeiro lugar, o autor afirma existir relação entre cor ou raça e status econômico, confirmando o que já foi dito por muitos outros pesquisadores: no Brasil a pobreza tem cor. Uma vez que a grande parte da população de baixa renda é composta por negros e pardos e que a menor parte da renda nacional está com este grupo, pode-se afirmar que esta população se encontra em condições precárias, especialmente em relação à moradia, acabando por se agruparem em bairros periféricos, com infraestrutura precária, inclusive no que se refere ao campo educacional.

A maior contribuição de Ferraro para esta investigação, no entanto, consta em um trabalho anterior, quando alerta:

Por mais interessante e importante que seja o diagnóstico nacional, ele isoladamente é incapaz de desvelar as enormes desigualdades e especificidades regionais. Poder-se-ia acrescentar que, dentro de cada região ou estado, o diagnóstico deveria, da mesma forma, levar em conta as desigualdades regionais. (FERRARO, 1999, p. 46).

Ou seja, embora fique evidente que as oportunidades educacionais têm cor e raça, este autor contribuiu decisivamente para a trajetória desta investigação ao alertar sobre a possibilidade concreta de possíveis diferenças regionais. Isso, somado à minha experiência prática – que mostrou um possível desinteresse da população negra jovem da cidade de Santos-SP em aproveitar a oportunidade oferecida pela EDUCAFRO para ampliação do seu nível de escolaridade – e ao conjunto de estudos que mostra a persistência de desigualdades de escolarização no que se refere aos índices de acesso, permanência e progressão de alunos negros em comparação aos dos alunos brancos, deu um direcionamento ao presente trabalho.

Ficou claro, dessa forma, que cabe investigar por meio de dados estatísticos a situação de escolarização dos alunos negros do município e cotejá-los com os dados estaduais e nacionais, com o objetivo de levantar e analisar aquilo que pode

ser comum e o que diferencia o município de Santos da situação do Estado e do País, em termos da escolarização da população negra.

A escolha do município de Santos-SP se deu em razão da sua pujança econômica, dos seus elevados índices de qualidade de vida e do baixo índice percentual de população negra em relação aos percentuais do Estado de São Paulo e do Brasil (ver mais adiante dos dados sobre o campo empírico).

Ora, se há uma relação entre negritude e pobreza, se a incidência dessa população em relação à população geral é pequena e se o município tem situação econômica invejável, ele reuniria todas as condições para a qualificação do processo educativo desse alunado. Nesse sentido, os índices de escolarização dessa população poderiam apresentar diferenças em relação às do Estado de São Paulo e do Brasil. Assim, definem-se:

Problema:

Os indicadores de escolarização de alunos negros em um município com grande pujança econômica, elevada qualidade de vida e baixa incidência de alunos afrodescendentes apresentam melhores resultados do que os do Estado e do País?

Objetivos:

Levantar, organizar, classificar e analisar os índices de escolarização disponibilizados pelo MEC/INEP (Censo Escolar) e cotejá-los com os índices estaduais e nacionais.

Hipótese:

Dada a relação estatística comprovada entre negritude e pobreza e a relativamente baixa incidência de alunos negros em Santos-SP (município com grande pujança econômica e alto índice de qualidade de vida), a cidade reúne totais condições para a qualificação educacional desse alunado, devendo, portanto, superar os índices estaduais e nacionais.

Campo Empírico:

Conforme dados publicados pela Prefeitura Municipal, a cidade de Santos-SP, fundada em 26 de janeiro de 1546 pelo nobre português Brás Cubas, em 2015 era

considerada a 10ª maior cidade do Estado de São Paulo, com uma população estimada em 433.966 habitantes, segundo informações divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística/ Cidades 2015).

Localizada no litoral paulista e distando 72 quilômetros da capital, a cidade ostenta o 6º lugar no ranking de qualidade de vida dos municípios brasileiros, conforme Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aferido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com base nos níveis de expectativa de vida, educação e PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*.

As atividades ligadas ao Porto – o maior da América Latina, com 13 quilômetros de extensão – por onde passa mais de um quarto de todas as cargas que entram e saem do Brasil, se configuram como a principal fonte de riquezas do município, fazendo de Santos a cidade mais importante economicamente da Região Metropolitana da Baixada Santista e uma das mais ricas do país.

Os setores de Turismo, de Serviços e da Pesca completam a lista das maiores atividades da economia santista, mas a exploração de extensa camada pré-sal de petróleo e gás na Bacia de Santos (cuja descoberta foi anunciada em 2006 pela Petrobrás) já causa impactos positivos e deverá ser um dos motores na atual década.

Com relação à distribuição racial da população da Baixada Santista, segundo o Censo Demográfico 2010, Santos é a cidade que apresenta a menor incidência de pessoas negras e na qual está concentrada a maior parte dos brancos entre todos os municípios da região, com 72,18% das pessoas que residem no município sendo brancas e 26,71% negras. O percentual de brancos residentes na cidade supera o do Brasil e do Estado de São Paulo, e o percentual de negros no município também é inferior ao encontrado no País e no Estado.

Esses números comprovam a baixa incidência proporcional de alunos negros no município de Santos, não apenas em relação ao Estado e ao País, como também aos demais municípios da Baixada Santista. Verifica-se, por exemplo, que essa incidência é de menos que a metade das apresentadas pelos municípios de São Vicente-SP e Cubatão-SP. Cabe destacar que Santos e São Vicente têm, hoje, suas zonas urbanas totalmente interligadas, constituindo na prática um enorme conglomerado urbano separado exclusivamente pela divisão geográfica formal entre os dois municípios.

Além disso, Santos ostenta – segundo sua administração municipal – a 6ª

colocação em termos de qualidade de vida entre os municípios brasileiros, e sua educação apresenta indicadores de alta qualidade.

Procedimentos de coleta de dados:

A coleta de dados será efetivada por meio do seguinte procedimento:

- a) Dados indicadores da posição escolar do alunado
- b) Levantamento, organização e classificação dos dados estatísticos do Censo Escolar (MEC/INEP) sobre os índices de escolaridade de alunos negros e brancos dos municípios de Santos, do Estado de São Paulo e do Brasil, segundo os seguintes indicadores:
 - Matrícula;
 - Nível/Etapa de ensino;
 - Instância administrativa (pública ou privada).

Procedimentos de análise dos dados:

Construção de tabelas e gráficos para análise dos dados, de forma que permita o cotejamento das condições de escolaridade do alunado negro do município de Santos em comparação com os do Estado e do País.

1. RELAÇÕES RACIAIS E A SITUAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

Definir a raça e a cor de um indivíduo no Brasil é uma tarefa complexa. Por se tratar de um país no qual a miscigenação é gritante, a tentativa de definir a raça somente por meio de características fenotípicas não se mostra suficiente, como indica Carvalho (2005). Em artigo que discute as classificações raciais a autora utiliza o conceito de “raça social” para afirmar que “raça” não se trata de um dado biológico, mas de um construto social. Ou seja, a produção do conceito com base nas características biológicas é eficaz socialmente para a propagação e construção de falsos privilégios:

No Brasil – e em diversos países da América Latina – a classificação racial apoia-se tanto na aparência (características fenotípicas, como a cor da pele ou do cabelo) e na ascendência, quanto no *status* socioeconômico da pessoa. Assim, a classificação racial no Brasil é fluida e variável, com a possibilidade de se ultrapassar a linha de cor em decorrência da combinação entre aparência e *status* social. (CARVALHO 2005, p. 78).

Ianni (1988) corrobora com Carvalho (2005) ao utilizar o termo “raça social”, afirmando também que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir de classificações criadas pelas próprias pessoas, lembrando que envolvem condições sociais. Nessa perspectiva os fatores biológicos são menos importantes, uma vez que as relações sociais de apropriações econômicas e condições políticas interferem fortemente na definição de raça.

Para Munanga e Gomes (2006), o conceito de *raça* tem uma conotação própria do campo das ciências naturais, no qual serve para definir classes de animais que têm origens comuns e que possuem características e potenciais físicos específicos.

Contudo, na perspectiva das ciências sociais, o termo *raça* possui inúmeros significados, podendo ser atribuído para diferenciar os seres humanos, para tratar ou nomear pessoas de cor preta ou parda, para a autoafirmação de negros ou brancos no Brasil etc. A reação das pessoas ao receber e reagir ao termo “raça” dependerá, principalmente, da identidade étnico-racial que constroem de si e dos outros.

Sob essa mesma ótica, Rosemberg (1998) afirma que no Brasil a classificação racial se desenvolve e se apoia em características fenotípicas e

socioeconômicas das pessoas, e que é a partir desses quesitos que se classifica a cor, o que não ocorre, por exemplo, nos EUA, que tem como apoio para a classificação racial a regra da descendência.

Tendo em vista a complexidade do conceito de raça, este trabalho tomará como referência para a classificação de cor ou raça das populações estudadas o sistema de classificação utilizado pelo IBGE, que utiliza as categorias *branca, preta, amarela, indígena e parda* de cor/raça para a identificação racial no território brasileiro.

As perspectivas teóricas apontam que o problema racial no Brasil tem suas raízes nas formas históricas de socialização da população negra no Brasil – ou seja, a escravidão – cabendo ressaltar que o Brasil foi um dos primeiros países americanos a conhecer a escravidão e o último a aboli-la (MAESTRI, 1994).

De qualquer forma, a situação social criada pela invasão e colonização europeia no Novo Mundo (negros como escravos e indígenas como selvagens), foi construindo historicamente a supremacia da população branca:

Historicamente falando, pode-se analisar que os primeiros anglo-europeus, ao colonizarem as Américas, não se identificavam como brancos. A noção de identidade era geográfica, linguística e culturalmente estabelecida. Eles se apresentavam como portugueses, alemães, italianos, poloneses, irlandeses, espanhóis, ou ingleses. A identidade branca se fez notar diante da presença de pessoas com pele de cores distintas das que estes grupos anglo-saxônicos haviam convivido até então.

Foi no desafio do encontro com o “outro” (então chamados índios ou escravos negros- nomenclaturas estabelecidas para justificar sua desumanidade, invisibilidade e coisificação), não incluído como membro social, que os colonizadores anglo-europeus perceberam a branquitude como uma representação de identidade e ponto de referência para legitimar a distinção e a superioridade, assegurando assim sua posição de privilégio (ROSSATO e GESSER, 2001, p.13).

Fernandes (1964) considera que, após a abolição da escravatura, não houve qualquer política efetiva de inserção social qualificada para os escravos libertos, o que se comprova pelo enorme contingente de imigrantes europeus que, por meio de políticas de incentivo à imigração, vieram tentar a sorte no novo continente.

Muitos desses ex-escravos se deslocaram para os grandes centros em busca de oportunidades de trabalho e acabaram por se estabelecer em condições sub-humanas de existência, sem acesso efetivo ao trabalho remunerado. Essa situação era muitas vezes mascarada pela perspectiva ideológica de que a responsabilidade,

em grande parte, se devia às suas próprias características pessoais:

As imagens do negro e do mestiço como "vadio" continuam a inquietar esse imaginário, mas deixam de ser o signo de uma incapacidade inamovível para o trabalho livre. O liberto e seus descendentes permanecem estigmatizados como criaturas primitivas e por isso propensas à vadiagem. Mas esta passa a ser também o resultado da incúria política de abolicionistas e republicanos que não os teriam adestrado para as imposições da liberdade (CARVALHO, 1989 p. 11).

Fernandes (1988) expressa com propriedade no que redundou a abolição da escravatura, em relação à inserção social dos libertos:

O negro se defrontou com condições de trabalho tão duras e impiedosas como antes. Os que não recorreram à migração para as regiões de origem repudiavam o trabalho "livre" que lhes era oferecido, porque enxergavam nele a continuidade da escravidão sob outras formas. Para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tornarem "vagabundos", "boêmios", "parasitas de suas companheiras", "bêbados", "desordeiros", "ladrões" etc. A estigmatização do negro, associada à condição escrava, ganhou nova densidade negativa. A abolição pela via oficial não abria nenhuma porta — fechava todas elas. Só os negros que viviam em regiões mais ou menos subdesenvolvidas — e não tiveram que competir com os imigrantes pelo trabalho — achavam empregos. Os que submergiram na economia de subsistência deparavam com um meio de vida e de sobrevivência. Os que ficaram nas cidades — e em particular os que foram ou permaneceram em São Paulo — "comeram o pão que o diabo amassou" (FERNANDES, 1988, p. 1).

Dentro do mesmo diapasão, Rosemberg (1998) afirma que a mobilidade social diferenciada de brancos e negros no Brasil ocorreu devido às oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição. Uma das circunstâncias que contribuiu ainda mais para esse desequilíbrio foi a política de imigração, que reforçou o padrão de distribuição regional dos grupos e fez com que os negros se concentrassem nas regiões menos desenvolvidas (especialmente no Nordeste), onde as condições — tanto educacionais quanto econômicas e sociais — eram precárias. Por outro lado, grande parte do grupo branco se concentrou em regiões mais favorecidas, especialmente no Sul e no Sudeste.

Dito isto, a autora alerta para o fato de que mesmo dentro das regiões mais favorecidas os negros que nelas passaram a viver se concentraram, em grande parte, nos locais mais pobres e periféricos, cujos índices de qualidade de vida foram e continuam sendo bastante precários.

Retomando Fernandes (1964), sabe-se que os escravos libertos, por

precisarem de meios para sobrevivência, em grande parte, permaneceram vivendo nas cidades, no entanto recorriam a cortiços, em alguns casos morros, locais de condições caóticas.

A miséria associou-se à anomia social, formando uma cadeia de ferro que prendia o negro, coletivamente, um destino inexorável. À degradação material correspondia a desmoralização: o negro entregava-se a esse destino, sob profunda frustração e insuperável apatia. Logo se difundiu e implantou um estado de espírito derrotista, segundo o qual “o negro nasceu para sofrer”, “vida de negro é assim mesmo”, “não adianta fazer nada”, etc. O único ponto em que o negro não cedia relaciona-se com a teimosa permanência na cidade. Como se fosse um pária da era moderna, aceitava passiva e conformadamente o peso da desgraça e os dias incertos que o futuro lhe reservasse (FERNANDES, 1964, pg. 91).

Décadas se passaram e as dificuldades para os negros se atenuaram, no entanto não foram extintas. A expansão industrial e o desenvolvimento econômico tiveram como base a concentração do capital, gerando enormes desigualdades sociais e criando uma camada popular com acesso restrito aos direitos de cidadania (dentro da qual a população negra, em geral, foi ainda mais prejudicada).

Este mesmo autor, em seu texto sobre luta de raças e de classes, expõe de forma cristalina a relação entre raça e classe social:

o dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. E exige uma contraviolência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder.

Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma se esgota na outra). Ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências (FERNANDES, 1988, p. 3).

Dessa forma, embora reconheça que o problema das desigualdades sociais não se restringe somente à população negra, parece não haver dúvida que a parcela negra das camadas populares sofre ainda mais prejuízos do que a branca.

1.1 Pobreza, desigualdade e escolarização no Brasil

Para discutimos as desigualdades que acometem a população negra brasileira, principalmente no que diz respeito à educação, é importante entender o que é pobreza e desigualdade social, e de que maneira esses fatores comprometem o desenvolvimento de todos os seres humanos.

Entender a educação e analisar os males nela existentes envolve o conhecimento e compreensão de assuntos sociais. Por esse motivo, Cortella (1998), ao traçar sua perspectiva a respeito das dificuldades encontradas no processo educacional, alerta que há dois grupos de fatores que podem comprometer o desempenho escolar dos alunos.

O primeiro diz respeito a fatores intraescolares (que envolvem problemas e desafios enfrentados dentro das unidades de ensino), cabendo portanto à escola providenciar medidas, por meio dos projetos políticos pedagógicos ou a revisão de seu currículo, para amenizar ou exterminar esses problemas.

O segundo grupo de fatores são os extraescolares, que envolvem problemas que acometem os alunos fora da escola e acabam invadindo o seu interior, causando um forte impacto no processo educacional. Entre esses problemas, os que mais causam danos são a pobreza e a desigualdade social.

De acordo com Henriques (2003), para muitas pessoas os termos “pobreza” e “desigualdade” sempre caminham juntos, sendo comum associar um termo ao outro. No entanto, cometemos um grave erro ao pensar que pobreza e desigualdade são a mesma coisa. Na verdade, cada termo possui significados distintos:

O Brasil, ao completar 500 anos, talvez esteja descobrindo seu principal desafio. A pobreza é o mais agudo problema econômico do país. A desigualdade é o maior problema estrutural do país. Erradicar a pobreza e combater a desigualdade, binômio complexo que sustenta o projeto de uma nova sociedade (HENRIQUES, 2003 p. 3).

A pobreza envolve a falta de recursos necessários ou primordiais para a sobrevivência digna de um sujeito, sobrevivência essa que é garantida pelos Direitos Humanos. A distribuição injusta da renda proporciona maiores privilégios e melhores recursos para alguns enquanto, por outro lado, existem aqueles que têm acesso

apenas a pouca ou a quase nada da renda distribuída no país, sendo reconhecidamente os mais desprovidos de recursos. Enfim, quanto mais pobre for um indivíduo, mais lhe são negados os recursos e meios essenciais para que ele consiga viver dignamente.

Segundo Werthein, a pobreza nada mais é que a violação dos Direitos Humanos:

Precisamos entender que a situação de vulnerabilidade social vivida por muitos é, antes de tudo, uma questão de violação de Direitos Humanos, a começar pelo mais básico deles: o direito à vida, direito primordial de qualquer ser humano previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e o primeiro a ser comprometido em situações de pobreza e miséria. Nesse sentido, como tão bem ressaltou o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, temos que deixar de pensar que os únicos Direitos Humanos que nos interessam são os nossos, individuais, e lembrar que a violação dos Direitos Humanos de qualquer indivíduo nos influencia e afeta a todos. Significa dizer que a existência de milhares de pessoas vivendo em situações sub-humanas de pauperização é um problema que diz respeito ao conjunto da sociedade, aos governos e comunidade internacional e, portanto, é responsabilidade de todos. (WERTHEIN, 2003, p. 11).

As desigualdades sociais, embora ocorram em praticamente todos os países do mundo, se exacerbam de maneira gritante, tornando-se um grave problema social naqueles em que a distribuição da renda nacional atinge níveis elevados de concentração em número reduzido da população.

Em nosso país, essa distribuição é extremamente desigual, como aponta Werthein:

segundo relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil ocupava, em 2002, a 73ª posição no índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora seja a oitava economia do mundo. Estima-se que o país precisaria crescer 5% ao ano, durante 20 anos, e implantar, com urgência, políticas redistributivas e autopromotoras para que possamos nos igualar a padrões como o da Grécia, país em que a população não enfrenta níveis intoleráveis de desigualdade social e que conseguiu promover reformas no campo social e econômico. Além disso, precisamos, necessariamente, elevar os níveis de participação democrática da população, respeitar os Direitos Humanos e desenvolver um compromisso com a igualdade e a democracia (WERTHEIN 2003, p. 18).

Henriques (2003), em seus achados, constatou que a desigualdade de renda transtorna ainda mais a pobreza. Entretanto, essa e outras desigualdades no país acabam sendo naturalizadas pelos brasileiros:

“Naturalizada”, a desigualdade não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes. (HENRIQUES, 2003 p. 65).

A má distribuição de renda e a desigualdade social afetam praticamente todas as instâncias da vida do indivíduo, como a moradia, a alimentação, a saúde, a capacidade produtiva e a educação, entre outras.

De todos esses aspectos, a educação da população é uma das mais gravemente afetadas pela desigualdade e pela pobreza. Segundo Neri (2009), os alunos que mais apresentam dificuldades escolares e estão propícios ao abandono, à evasão escolar e à defasagem entre idade e série são os alunos das camadas pauperizadas, pois quanto mais pobre for o aluno, maior a probabilidade de fracasso escolar.

Além disso, as escolas para essa população geralmente são as que possuem infraestrutura e pessoal mais desqualificados, o que concorre para a perpetuação da desigualdade social dentro da escola, tal como indica Mercadante:

Por último, há um aspecto que é vital, tanto pelo seu significado intrínseco quanto pelo papel que desempenha na sustentabilidade dos efeitos redistributivos das demais políticas públicas: a educação. As deficiências quantitativas e qualitativas do sistema educacional constituem um dos principais problemas estruturais do país e um dos fatores que favorecem a concentração da renda e contribuem para perpetuação das fortes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. (MERCADANTE, 2003, p. 50).

Além das condições econômicas, o sucesso escolar depende do capital cultural que cada um carrega consigo, capital cultural esse adquirido por meio das relações sociais que são mantidas e disseminadas, inicialmente na família e posteriormente no meio social próximo (BOURDIEU, 1998).

É fato inconteste que uma criança proveniente de família de elevadas condições socioeconômicas, em razão das possibilidades de acesso a uma rica produção cultural, terá possibilidades muito maiores de adquirir um capital cultural

próximo daquele que a escola valoriza, ao contrário de crianças em condições de vida precária, que têm de se apropriar de um capital escolar distante daquele trazido de sua família.

A afirmação que a herança cultural e o nível de escolaridade dos pais influencia na formação dos filhos pode ser atestada em Bueno e Rodrigues (2015), que apresentam dados retirados do INEP que indicam que a escolaridade das mães é um fator determinante para o acesso de seus filhos aos cursos superiores mais valorizados socialmente.

Henriques (2003) corrobora com esses achados e afirma que as diferenças de salários entre os trabalhadores são influenciadas pelos diferentes níveis de escolaridade dos pais e das mães.

Além disso, a pobreza é um fator que pode contribuir ainda mais para os altos graus de analfabetismo. Tanto é verdade, que no Brasil, o Norte e o Nordeste são as regiões mais pobres e as que apresentam maiores índices de pessoas não alfabetizadas. A Tabela 4, apresentada mais à frente, aponta dados gritantes a respeito dessa situação. A partir desses dados, percebe-se que pessoas muito pobres que vivem no Norte e Nordeste são os que mais sofrem com as desigualdades sociais, ou seja, viver nesses lugares não implica que um indivíduo seja analfabeto, mas sim o fato de ser pobre nessas regiões, como indica Rosemberg (1996):

O analfabetismo que persiste no Brasil é, pois, fundamentalmente produto da exclusão de populações empobrecidas dos bens sociais, em especial da educação. Assim, o primeiro traço forte do analfabetismo brasileiro é sua alta relação com o nível de renda da família, relação que se mantém nas diversas regiões e nos diversos grupos etários. Residir no Nordeste ou Sudeste não afeta as oportunidades de ser alfabetizado se o rendimento da pessoa for superior a dois salários mínimos; ter 39 anos ou mais também pouco afeta – entre sulinos e nordestinos – as oportunidades de aprender a ler e a escrever, se os níveis de rendimentos forem superiores. Porém, ser pobre nestas regiões afeta em muito as oportunidades de letramento. Assim, para todas as faixas etárias, os índices de analfabetismo são piores nas regiões que concentram um maior número de pobres. Nesse sentido, não é a região fisiográfica ou a localização urbana ou rural que determinariam, em si, os diferenciais nos índices de analfabetismo, mas a maior ou menor concentração de pobres nesses locais; o que vale dizer a maior ou menor concentração de renda em tais espaços geográficos (ROSEMBERG, 1996, p.116).

A desigualdade educacional é a grande geradora de desigualdades futuras, além de afetar outro aspecto importante na vida das pessoas: o trabalho. Uma vez que a educação é a preparação para o trabalho (MERCADANTE, 2003), o resultado não poderia ser diferente: os que têm acesso à escolarização precária provavelmente terão trabalhos precários ou de menos prestígio social, além de terem uma remuneração baixa; e dessa maneira o círculo da pobreza é mantido.

A enorme heterogeneidade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos representa a principal fonte da desigualdade salarial brasileira. Nas condições atuais, o mercado de trabalho brasileiro não é, de forma preponderante, gerador de desigualdade, mas apenas revela uma desigualdade anterior, a desigualdade educacional. Além dela, nosso nível de escolaridade, relativamente à experiência internacional, é muito baixo. A escolaridade média de um brasileiro é em torno de 6 anos de estudo. Isso significa que um adulto entra no mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente a uma criança de 13 anos de idade que não apresenta defasagem escolar. A escolaridade média dos pobres é inferior a 3 anos de estudo. Isso significa que um adulto pobre, em média, entra no mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente a uma criança de 10 anos de idade. A escolaridade média dos 25% mais ricos da população, por sua vez, é superior a 10 anos de estudo. É escandaloso o nível de escolaridade de nossa população. É evidente que com essa heterogeneidade na escolaridade formal não há qualquer possibilidade de igualdade de oportunidades entre os brasileiros. (HENRIQUES, 2003 p. 67).

A partir dessas asserções, Henriques (2003), em sua reflexão, propõe a desnaturalização da pobreza e da desigualdade no Brasil, e afirma que, para a erradicação desses problemas sociais, a redistribuição justa da renda, da terra e do trabalho são fatores essenciais.

Dessa maneira, ao analisar a condição da população negra no Brasil, é importante considerar os fatores que envolvem a pobreza e a desigualdade social, pois sabemos que os negros brasileiros são os reféns desses dois males.

1.2 Distribuição da população no território brasileiro e a situação do negro no Brasil de hoje

O Brasil, como país continental e de imensa dimensão territorial, comporta diferenças econômicas, geográficas, demográficas, culturais e sociais que, embora

envolvam toda a população, implica também em diferenças intraterritoriais, quer seja em relação às regiões geográficas ou entre unidades da federação, municípios e até mesmo, dentro destes últimos, entre um bairro e outro, uma rua e outra, uma comunidade e outra.

Nesse sentido, embora os problemas sociais mereçam ser analisados de forma global, não se pode descuidar dessas diferenças, como nos indica Ferraro (1999). Da mesma maneira, o foco em problemas sociais localizados não pode prescindir da relação de aproximação ou distanciamento entre eles e dos problemas gerais, sejam em âmbito estadual, regional ou nacional.

Embora este estudo se restrinja ao município de Santos, cabe apresentar dados sobre a situação do negro no Brasil, para que os dados colhidos possam ser analisados à luz desses indicadores gerais.

Por este motivo, vale a pena apresentar alguns dados, a fim de se ampliar a visão sobre as condições sociais da população negra em nosso País.

Na Tabela 2, apresentada a seguir, estão incluídos os dados percentuais da população brasileira distribuída por cor, conforme Censos Populacionais de 2000 e 2010 do IBGE:

Tabela 2
Distribuição percentual da população brasileira por cor

Cor	Ano	
	2000	2010
Branca	53,7	47,7
Preta	6,2	7,6
Parda	38,5	43,1
Amarela	0,5	1,1
Indígena	0,4	0,4
Sem declaração	0,7	0,9
TOTAL	100	100

Tabela construída pela autora com base nos dados dos Censos Populacionais (IBGE, 2000; 2010).

Se cotejarmos os resultados dos dois censos em relação às populações branca e negra (esta última composta por pretos e pardos), verificamos que, no Censo Demográfico de 2000, a população negra era inferior à população branca (44,7% contra 55,3%), enquanto que no Censo Demográfico de 2010 os negros superaram os brancos (50,7% contra 47,7%).

Esse crescimento da população negra não deve ser resultado somente do

crescimento vegetativo, mas também por uma assunção das origens africanas cada vez mais forte por parte da população parda.

Além desse crescimento, os dados do Censo 2010 evidenciam que a população branca concentra-se em grande parte nas regiões mais ricas do país (a Sul e a Sudeste), enquanto os negros se concentram em alguns estados do Nordeste, no estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na região Norte a proporção de pardos é maior.

O aumento da população negra no Brasil é notório, e por esse motivo devem-se levantar alguns pontos a serem discutidos, pois apesar de ser menor a população branca ainda apresenta maiores vantagens econômicas, financeiras e sociais. Torna-se evidente que, mesmo com o passar das gerações, as desigualdades raciais e sociais permanecem fortemente marcadas atualmente, embora tenham se amenizado.

Hasenbalg (1995), em sua pesquisa sobre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, constatou uma forte associação entre cor ou raça e *status* socioeconômico, e graças a essas associações ele pôde confirmar que no Brasil a pobreza tem cor – a cor negra. A relação de cor e pobreza no Brasil é evidente: embora a pobreza atinja grande parte das pessoas, independentemente de raça ou cor, a população negra ainda é mais vulnerável a essa situação. Dessa maneira, pode-se afirmar que onde está o negro está a pobreza e a miséria, como mostra o estudo de Henriques (2001):

Tabela 3
Quantidade e proporção de pobres e indigentes segundo a cor (1999)

Cor	Pobres		Indigentes	
	Nº	% ³	Nº	% ³
Amarela	76.000	11,0	37.000	5,3
Branca	19.008.000	22,6	6.862.000	8,1
Indígena	140.000	56,0	56.000	22,3
Parda	30.041.000	48,4	13.841.000	22,3
Preta	3.597.000	42,9	1.533.000	18,3
Total Nacional	52.862.000	34,0	22.329.000	14,3

Tabela elaborada com base nos dados apresentados por Henriques (2001).

³O percentual indicado se refere à população total de cada uma das categorias de cor.

Pelos dados da Tabela 3 verifica-se que, com exceção dos indígenas na categoria “pobres”, os índices mais significativos em relação à baixa condição de vida referem-se aos pretos e pardos, ou seja, a população considerada negra.

Uma vez que a grande parte da população indigente é composta por pretos e pardos (negros), e que a menor parte da renda nacional está com este grupo, deve-se levar em consideração que população negra, por suas condições financeiras, acaba se agrupando em bairros periféricos, locais com condições precárias e com pouca qualidade de vida.

Munanga & Gomes (2006) corroboram com essas informações, utilizando estudos estatísticos realizados por ONGs e por universidades, e apresentam dados sobre as desvantagens econômicas da população negra: em 2003, a maior parte da renda nacional (cerca de 74%) encontrava-se nas mãos dos brancos, sendo que o homem branco ficava com 50% dessa renda, e a mulher branca aparecia logo após, mantendo outros 24%. No outro extremo, o homem negro mantinha 17% e, no fim da lista se encontrava a mulher negra, que detinha a pior condição, mantendo consigo 8,1% da renda, mesmo que, em muitos casos, essas mulheres fossem chefes de família e garantissem praticamente todo o sustento familiar.

1.3 Processos de escolarização e raça

A expansão industrial, o avanço da tecnologia e a urbanização que ocorreram nas últimas décadas mudaram radicalmente a estrutura social do Brasil, elevando a qualidade de vida de expressiva parte da população brasileira. Um exemplo disso foi o crescimento da classe média a partir de 1930, mas ao mesmo tempo, houve a produção de uma massa de indivíduos que vivem em condições precárias e aviltantes, que sofrem consequências negativas durante o seu processo de escolarização, como indica o estudo de Hasenbalg e Silva (1990).

Se o fracasso escolar se abate fundamentalmente sobre os que vivem em situação de pobreza, e o maior número de pobres e indigentes é de pretos e pardos, vale retomar estudos que apontem as condições educacionais da população negra.

Embora a ação de muitos educadores ativistas, estudiosos e militantes do

movimento negro denunciem os conteúdos racistas e as desigualdades raciais, ainda é bastante comum certo assombro quando se apresentam resultados dos Censos Demográficos e de pesquisas que apontam essas diferenças.

Hasenbalg e Silva (1990) constataram que os negros obtêm níveis de escolaridade evidentemente inferiores aos dos brancos da mesma origem social, e que estes últimos tendem a ter maiores probabilidade de obter êxito, mesmo com ambas as populações convivendo na mesma comunidade ou até mesmo frequentando a mesma sala de aula.

Nesse mesmo artigo, os autores afirmam que os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar, ao contrário dos negros que, em grande parte, demoram mais para iniciar os estudos, situações que também são evidenciadas pelos elevados índices de analfabetismo entre pretos e pardos constantes no Censo Demográfico (BRASIL. IBGE, 2010).

Mesmo entre alunos pobres, estudos apontam uma desvantagem significativa dos alunos negros; que estão mais propensos ao abandono da escola, muitas vezes por motivos financeiros, como indica Rosemberg (1998):

Por que os negros enfrentam maiores barreiras no sistema escolar do que brancos? Uma primeira resposta (com desdobramento) que geralmente é dada atribui toda a desigualdade às diferenças socioeconômicas, seja das regiões onde encontramos uma proporção maior de contingente de pardos e negros (o Nordeste mais pobre conta com o maior contingente de pardos, como vimos), seja das famílias de origem. Tende-se a se afirmar, então, que as maiores dificuldades encontradas por crianças/adolescentes negros são decorrentes da maior pobreza de suas famílias e que, por isto, necessitam trabalhar mais e mais cedo, em média, do que as crianças brancas (ROSEMBERG, 1998 p.80).

Além disso, o atraso da entrada em instituições de ensino para a população em foco é bastante elevada, segundo Pinto (1992):

O atraso escolar, que afeta particularmente o alunado negro em toda a sua trajetória, parece iniciar-se já neste nível educacional, pois crianças não brancas, particularmente no Nordeste, com idade entre 7 e 9 anos, e que portanto já deveriam estar no 1º grau, ainda frequentam a creche/pré-escola.

Esta diferença entre brancos e não brancos mantém-se no 1º grau, seja pela maior dificuldade de acesso ou pela entrada mais tardia neste nível de ensino, ou ainda por uma trajetória escolar mais lenta e mais conturbada do negro, que se expressa através de elevados índices de repetência e exclusão (inclusive na idade precoce) e por um maior número de saída do sistema de ensino com um número

médio de séries completadas muito inferior ao dos brancos (PINTO, 1992, p. 43).

Munanga (2001), em seus apontamentos, comprova o atraso da população negra em sua entrada no nível superior, demonstrando que, do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% negros e 1% descendentes de orientais, deduzindo ainda que, para a população negra se igualar à branca nos quesitos sociais, econômicos e acadêmicos seriam necessários cerca de 32 anos. Ou seja, os brancos precisariam “parar no tempo” aguardando os negros chegarem para que assim todos pudessem caminhar igualmente, gozando dos mesmos direitos e privilégios.

Carvalho (2005), em sua pesquisa sobre o desempenho escolar e classificação racial de alunos, comprovou que os meninos têm maior probabilidade de se evadirem da escola, especialmente os pretos e pardos. Estes últimos são mais propensos ao fracasso escolar e à indisciplina, e são menos tolerados por seus professores. Além disso, a pobreza e a miséria às quais esses alunos estão submetidos dificultam ainda mais o sucesso escolar.

Outra discussão levantada pela autora é a respeito da definição da cor que esses alunos recebem pelos seus educadores, ou seja, a cor do educando é definida mediante o seu desempenho. Em outras palavras, o aluno desobediente e com dificuldade tem mais tendência a ser reconhecido como “preto” ou “negro” pelo seu educador. O desempenho, nesse caso, determina a classificação racial.

Por outro lado, Ferraro (2009) indica que os jovens e crianças brancas têm mais acesso a atividades culturais que enriquecem o seu currículo acadêmico, enquanto crianças e jovens negros, em sua maioria, têm acesso somente à educação oferecida pela escola comum.

Se esses estudos demonstram que, mesmo em décadas recentes, as piores condições de escolarização da população negra se espalham por todo o país, vale a pena apresentar dados atualizados.

Para tanto, vamos nos valer dos dados do Censo Populacional de 2010 (IBGE, 2010) referentes aos índices de analfabetismo entre negros (pretos e pardos) e brancos, com faixa etária envolvendo pessoas acima de cinco anos de idade:

Tabela 4
Distribuição percentual de analfabetismo por cor e região (2010)

Região \ Cor	Branca	Preta	Parda	Negra*
Nordeste	4,7	2,3	12,6	14,9
Norte	2,5	1,3	9,9	11,2
Centro-Oeste	2,7	0,9	4,6	5,5
Sudeste	2,7	0,8	3,0	3,8
Sul	4,0	0,4	1,6	2,0

Tabela construída pela autora com base no Censo Populacional (IBGE, 2010).

*Soma de pretos e pardos

Verifica-se, em primeiro lugar, que com exceção da Região Sul, em todas as demais os índices de analfabetismo da população negra são superiores aos da população branca.

Como esses percentuais se referem à população total, os índices da Região Sul podem nos enganar: na verdade, como a população negra nessa região é a menor do País, o índice percentual é mais baixo, o que não significa necessariamente que ele seja inferior ao dos brancos.

Entre as demais regiões, destacam-se os índices do Nordeste e do Norte, o primeiro com 10,2% e o Norte com 8,7% de diferença entre negros e brancos, (com primazia do analfabetismo entre os pardos – 12,6% no Nordeste e 9,9% no Norte).

Nas últimas duas regiões apresentadas na tabela a defasagem dos negros é menos acentuada, mas em situação inversa que a das duas anteriormente citadas: o índice de analfabetismo é mais elevado entre os negros do que entre os pardos.

O elevado grau de discrepância entre negros e brancos no quesito analfabetismo ocorre também entre a população jovem brasileira. Embora o acesso à escola seja quase universal, há jovens que ainda não foram alfabetizados, como aponta a Tabela 5:

Tabela 5
Índice de analfabetismo da população jovem por cor e faixa etária - 2010

População analfabeta	Total		Negros		Brancos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pessoas de 10 a 14 anos	647.566	100	480.951	74,3	166.615	25,7
Pessoas de 15 a 19 anos	359.965	100	260.181	72,3	99.784	27,7
Pessoas de 20 a 24 anos	462.040	100	339.417	73,1	122.623	26,9
Pessoas de 25 a 29 anos	660.853	100	491.603	74,4	169.250	25,6
Total	2.130.424	100	1.572.152	73,8	558.272	26,2

Tabela elaborada pela autora, com base no Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Os dados desta tabela evidenciam que, além da alta desvantagem total dos negros em relação à alfabetização (73,8% de negros contra 26,2% de brancos), a diferença em termos percentuais da incidência de analfabetos brancos e negros nas distintas faixas etárias praticamente se mantém a mesma.

Ou seja, apesar do discurso oficial e das políticas de ação afirmativa, o que se verifica é que o percentual de jovens negros analfabetos que deveriam ter sido alfabetizados há mais vinte anos é praticamente o mesmo de adolescentes cuja alfabetização deveria ter ocorrido há três ou menos anos.

Na Tabela 6 podemos observar que, entre as pessoas jovens que nunca frequentaram a escola, a população negra apresenta índices mais altos do que os apresentados pela população branca:

Tabela 6
Pessoas jovens que nunca frequentaram a escola por cor e faixa etária - 2010

Faixa etária	Total		Negros		Brancos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
10 a 14 anos	127.858	100	84.634	66,2	43.224	33,8
15 a 17 anos	84.636	100	55.764	65,9	28.872	34,1
18 e 19 anos	75.043	100	49.530	66,0	25.513	34,0
TOTAL	287.537	100	189.928	66,1	97.609	33,9

Tabela elaborada pela autora, com base no Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Verifica-se que os jovens negros que nunca frequentaram a escola perfazem dois terços do total, percentual que permanece muito próximo em todas as faixas etárias, com variação máxima de 0,3% entre elas.

Ou seja, embora o número de jovens que nunca frequentaram a escola esteja efetivamente diminuindo (tanto de brancos quanto de negros), a desvantagem percentual permanece, o que parece comprovar que as ações de democratização atingem igualmente a ambos, apesar das desvantagens educacionais historicamente produzidas. Isso nos leva, novamente, a questionar os efeitos das políticas de ações afirmativas.

Se, em relação ao número de pessoas que nunca frequentaram a escola, fica evidente a desvantagem dos negros, a situação das pessoas que não frequentam mais a escola, mas que nela estiveram no passado pode ser observada na Tabela 7, apresentada a seguir.

Tabela 7

Não frequência atual à escola, mas que já frequentaram, por cor e faixa etária – 2010						
Faixa etária	Total		Negros		Branco	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
10 a 14 anos	454.478	100	294.681	64,8	159.797	35,2
15 a 17 anos	1.610.183	100	1.001.323	62,2	608.860	37,8
18 a 19 anos	3.519.109	100	2.000.379	56,8	1.518.730	43,2
TOTAL	5.583.770	100	3.296.383	58,8	2.287.387	41,2

Tabela elaborada pela autora, com base no Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Os dados apresentados na Tabela 7 evidenciam índices elevados de não frequência à escola por brancos e negros que já a frequentaram, assim como um grande diferença entre os índices de jovens negros e brancos (que era de 17,6% em 2010) e uma curva ascendente para ambos conforme aumenta a idade, o que já era esperado.

Um dado impressionante é o fato de quase meio milhão de adolescentes entre 10 e 14 anos (idade mediatamente à de acesso ao Ensino Médio) não frequentasse mais as instituições de ensino.

Ainda vale a pena ressaltar que o maior índice proporcional de não frequência de alunos negros (assim como de maior defasagem em relação aos alunos brancos) tenha ocorrido na faixa etária entre 10 e 14 anos, o que nos leva mais uma vez a questionar os resultados das atuais políticas de democratização da escola em relação à histórica desvantagem da população negra em nosso país, já que são crianças que obrigatoriamente deveriam estar na escola.

Outro dado significativo sobre a diferença de escolarização de negros e brancos diz respeito à frequência escolar, objeto da Tabela 8.

Tabela 8

Distribuição (percentual) de alunos brancos e negros de 15 a 24 anos entre os níveis/etapas de ensino (2010)

Nível/Etapa	Cor		
	Branca	Preta	Parda
Ensino Fundamental	49,0	49,1	50,8
Ensino Médio	19,1	36,6	34,6
Ensino Superior	31,1	12,8	13,4
EJA	0,8	1,5	1,3

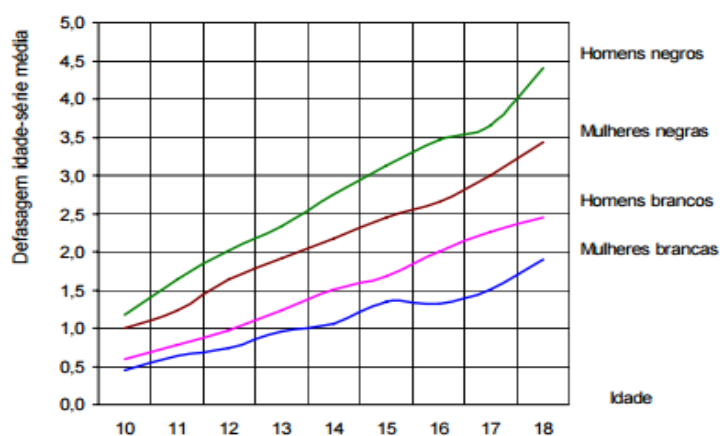
Tabela construída pela autora com base no Censo Populacional (IBGE, 2010).

Se os dados referentes ao Ensino Fundamental mostram equilíbrio no número de matrícula entre brancos, pretos e pardos e os referentes ao Ensino Médio

apresentam uma supremacia desses dois últimos, os índices significativamente mais baixos de pretos e pardos no Ensino Superior mostram que a ampliação do acesso à escola básica e as ações afirmativas em relação aos afrodescendentes ainda não mostraram progressos efetivos no acesso à essa etapa educacional.

Outro dado significativo em relação às diferenças raciais no processo de escolarização diz respeito à defasagem idade-série.

Gráfico 1
Defasagem idade-série média na faixa etária de 10 a 18 anos, segundo sexo e cor. Brasil, 1999



Fonte: PNAD 1999 *apud* Rosemberg, 2001.

Pelo Gráfico 1 pode-se constatar que, logo nos primeiros anos de escolarização, ocorre uma defasagem entre alunos brancos e negros que só tende a aumentar. Quanto mais aumenta a idade dos alunos, maior a defasagem idade-série, que apesar de atingir a todos incide de forma muito mais contundente sobre a população negra.

Além disso, a diferença entre negros e brancos segundo o sexo é de praticamente o dobro: de menos de 2,0 anos para as mulheres brancas e 3,5 anos para as negras; de 2,5 anos entre os homens brancos e de 4,5 anos para os negros.

Outra contribuição interessante é apresentada por Ferraro (2010), referente aos anos de estudo de brancos e negros, de acordo com a faixa etária:

Tabela 9
Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais, por gerações (grupos de idade), segundo a cor ou raça, 2000

Gerações (Grupos de idade)	Cor ou raça e anos de estudo			
	Branco/as		Negro/as	
	Número	Média de anos de estudo	Número	Média de anos de estudo
≤ 80 anos	1.095.330	3,1	630.673	1,2
70 a 79 anos	2.829.720	3,8	1.584.766	1,7
60 a 69 anos	4.804.611	4,5	3.125.241	2,3
50 a 59 anos	7.178.515	5,8	4.968.854	3,4
40 a 49 anos	10.904.011	7,3	7.891.188	4,8
30 a 39 anos	13.808.495	7,9	10.882.091	5,7
20 a 29 anos	15.560.489	8,3	13.702.215	6,3
10 a 19 anos	17.378.612	5,9	17.072.590	4,6

Fonte: FERRARO, 2010.

Segundo o autor, esses dados (apresentados na Tabela 9) podem ser analisados por duas perspectivas diferentes: a primeira permite analisar, por meio das sucessivas gerações recenseadas no ano 2000, a trajetória da relação que brancos(as) e negros(as) mantêm com a escolarização medida por meio da média de anos de estudo concluídos com aprovação:

em que se pode verificar que cada nova geração, tanto de brancos(as) como de negros(as), foi adicionando à geração anterior praticamente a mesma quantidade de anos de estudo [...] apresentam movimento ascendente, mas mantendo entre si aproximadamente a mesma distância, de aproximadamente 2 anos de estudo, entre brancos(as) e negros(as), com exceção da geração 1980/1990, ainda em fase de escolarização fundamental e média quando da realização do Censo 2000 [...] sob esse ponto de vista, a distância ou desigualdade entre brancos(as) e negros(as) quanto a anos de escolarização realizados com aprovação manteve-se constante em todo o período que vai da geração 1920 até a geração 1970/1980 – cerca de 2 anos de estudo de diferença. (FERRARO, 2010, p. 512).

Sob outra perspectiva pode-se verificar que, proporcionalmente, a defasagem de anos de estudo da população negra em relação à branca foi sendo reduzida dos mais velhos para os mais novos em termos de faixa etária:

a média de anos de estudo da população branca na geração até 1920 (3,1), que representava 2,6 vezes a média de anos de estudo da população negra da mesma geração (1,2), cai sucessivamente para 2,0 vezes na geração de 1930/1940; para 1,5 vez na geração 1950/1960 e finalmente para 1,3 vez na geração 1970/1980. Sob esse aspecto, a desigualdade entre os dois grupos populacionais diminui à medida que se passa das gerações mais velhas para as gerações mais novas. (FERRARO, 2010, p. 512).

1.4 Processos de escolarização, raça e espaço social

Em relação à distribuição geográfica da população brasileira, estudos apresentados anteriormente comprovam que a população negra concentrou-se, em grande parte, nas regiões mais pobres do país (como o Nordeste), enquanto a população branca concentrou-se nas regiões mais ricas do Brasil. Vale ressaltar que mesmo os negros que vivem nas regiões mais abastadas, em geral, habitam os lugares mais pobres dessas localizações.

Baseando-se nessas premissas, sabe-se que a divisão espacial acontece também pela cor da população. Levando-se em conta a afirmação de Hasenbalg (1995) de que a pobreza no país tem cor, e essa cor é a negra, vale retomar que bairros periféricos e pobres são habitados em grande maioria pela população de negros.

Rosemberg (1998), em sua pesquisa sobre os negros do Estado de São Paulo, também declarou suspeitar que existe uma escola para os brancos e outras para os negros, pois há distinção entre as escolas que o alunado branco frequenta e as escolas que o alunado negro frequenta. Em suma, existem escolas diferentes, mesmo entre as escolas da rede pública, para os alunos mais pobres.

A autora constatou que as escolas localizadas em regiões mais pobres e mais afastadas atendem os alunos ainda mais desfavorecidos economicamente. Nessas escolas a jornada é mais curta; a rotatividade de professores é mais frequente; o número de turnos é maior; os recursos pedagógicos são escassos e as possibilidades de fracasso são maiores. Segundo a autora, esses fatores contribuem para que essas instituições de ensino se tornem “carentes”.

A nosso ver, essas características das escolas nas quais encontramos proporcionalmente mais negros que brancos, que são escolas de pior qualidade, podem explicar os diferenciais raciais observados no aproveitamento escolar: alunos de mesmo nível socioeconômico frequentando escolas melhores apresentam melhores níveis de aproveitamento do que aqueles que frequentam escolas "carentes" (Rosenberg, 1981). Os negros, mais do que os brancos, frequentam escolas carentes. (ROSEMBERG, 1998, p. 83).

Quanto mais desprovida de riquezas for a região e quanto mais pobres forem os alunos, maior a “carência” das escolas. Essas escolas estão localizadas nos

bairros de acesso mais difícil, fazendo com que muitos professores não queiram trabalhar nesses lugares. Carril (2006) alega que esses locais periféricos são considerados perigosos e repletos de criminalidade. A principal responsável em transmitir essas imagens negativas sobre regiões menos favorecidas é a mídia, que propaga o medo e faz com que pessoas que não vivem essa realidade tenham receio e repudiem esses lugares, resultando na discriminação e no preconceito.

A autora assevera que as pessoas que vivem nesses locais sofrem esse repúdio por serem pobres. A mídia e as classes mais abastadas, em muitos casos, culpam as vítimas pela sua pobreza e pelo seu fracasso, ou seja, o pobre é o culpado por ser pobre. Como resultado, o aluno pobre também seria o principal responsável pelo seu mau desempenho escolar.

Nesse sentido, como indicou Rossetto (2013), existe uma relação pouco investigada entre o território em que se situa a escola e a sua organização social e pedagógica:

Por fim, vale destacar que a partir da década de 1990, estudos da Sociologia da Educação voltaram-se para investigar a vizinhança como esfera capaz de exercer impacto sobre as distribuições de oportunidades educacionais, sendo que diversos desses estudos mostram o impacto negativo das vizinhanças pobres e/ou o impacto positivo de vizinhanças afluentes. (ROSSETTO, 2013, p. 32).

No caso brasileiro, no entanto, essa distinção não se restringe somente ao entorno da escola, e sim a toda uma configuração local e regional que merece ser investigada para que, ao lado de dados nacionais (que têm extrema validade), investigações voltadas a territórios específicos possam evidenciar distinções importantes entre regiões, estados e municípios, como afirma Ferraro (1999):

tenho insistido repetidamente sobre as limitações inerentes a abordagens que restringem à consideração dos dados globais, seja para o país, seja para este ou aquele estado ou município, e ressaltando sempre a importância de regionalização dos estudos. O retorno à perspectiva de análises globais ou nacionais não pode, portanto, significar abandono da perspectiva regional, única forma de se dar conta das desigualdades e contradições internas (FERRARO, 1999 p. 23).

Partindo dessa premissa, o próximo capítulo é dedicado à apresentação e análise dos indicadores estatísticos educacionais do município de Santos-SP, cotejando essas informações entre brancos e negros e os relacionando com os indicadores do Estado de São Paulo e do Brasil, objetivo central desta investigação.

2. ESCOLARIZAÇÃO E RAÇA NO MUNICÍPIO DE SANTOS

Este capítulo é dedicado à análise da escolarização dos negros na cidade de Santos, procurando verificar, por meio de dados estatísticos oficiais, o acesso e a progressão da escolarização, tendo em vista as distinções de raça.

Para tanto, ele está subdividido nos seguintes tópicos:

- 2.1 A cidade de Santos
- 2.2 Apresentação dos resultados

2.1 A cidade de Santos

Localizada na Baixada Santista, e fundada em 26 de janeiro de 1546 por Brás Cubas, Santos é a principal cidade do litoral paulista, com a maior população da região. Segundo informações recentes oferecidas pelo IBGE, o município possui 433.966 habitantes (BRASIL. IBGE, 2015), o que a torna o décimo maior município do Estado de São Paulo. Sua densidade demográfica, segundo o SEADE (2010), era de 1.488 hab./km², e a taxa de urbanização era de 99,93%, além de contar com invejável qualidade de vida, ocupando o 6º lugar entre os municípios brasileiros, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM (2010).

De acordo com dados fornecidos pelo site Viva Santos⁴ (2015) a cidade possui posicionamento estratégico relevante devido às suas ações portuárias (às quais esteve associada desde seu surgimento, no século XVI), cuja influência econômica se estende para além do Estado de São Paulo, beneficiando estados como Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais.

Considerado o maior do Hemisfério Sul (tanto em carga quanto em infraestrutura), o Porto de Santos é, inclusive, sua principal fonte de riqueza, movimentando anualmente um quarto do valor dos produtos negociados pelo país no mercado internacional.

⁴ VIVA SANTOS. Disponível em: <<http://www.vivasantos.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

2.1.1 A vida econômica do município.

De acordo com Lichti (1996), a rápida industrialização de São Paulo e a intensificação das exportações nas primeiras décadas do século e, no pós-guerra, a implantação do polo petroquímico e siderúrgico de Cubatão e as obras de modernização do Porto levaram Santos a se tornar uma das maiores cidades do Estado de São Paulo.

Além da movimentação econômica, o município atrai turistas frequentemente, devido às praias e seus jardins, ao entretenimento cultural, aos pontos históricos e turísticos e também devido ao Santos Futebol Clube, uns dos maiores clubes de futebol do Brasil.

Lichti (1996) aponta também que a cidade passou por um período de decadência durante o regime militar devido à falta de investimentos no Porto e na infraestrutura da cidade, o que resultou no seu empobrecimento geral. Todavia, após a reconquista da autonomia política e das eleições com governo democrático a cidade voltou a prosperar. Teve início um processo de modernização do Porto e uma intensa oferta de serviços sociais para amenizar as desigualdades existentes entre a população.

Devido a investimentos e à movimentação portuária, grandes e pequenas empresas se concentram na cidade de Santos, em razão da riqueza que produz. Esse expressivo contingente de empresas comerciais torna a cidade que mais emprega na Baixada Santista, pois além de empregar grande parte de seus habitantes, o município também emprega moradores das cidades vizinhas.

Por ser a cidade que movimenta toda a região da Baixada Santista, muitos dos habitantes do Litoral Sul que trabalham em Santos vivem em cidades vizinhas, onde o custo de vida e de moradia é mais baixo. Com esses habitantes mais pobres concentrados nas cidades vizinhas, pode-se observar um número maior de pessoas negras residindo nessas cidades.

2.1.2 A população negra santista

Considerada uma das primeiras cidades do Brasil, a história de Santos foi construída por meio do trabalho escravo, assim como outras cidades brasileiras.

Rodrigues (1980) oferece informações a respeito da história da cidade, em especial sobre a abolição da escravatura. De acordo com o autor, no ano de 1810 estimava-se que havia 5.128 habitantes em Santos, dos quais 2.135 eram escravos, e foi por meio do Patrono da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva que a cidade tornou-se uma das primeiras a se levantar contra a escravidão, com o auxílio de manifestações abolicionistas.

José Bonifácio, após realizar seus estudos na Europa, voltou ao Brasil entre 1820-1822, dedicando seu tempo a favor da abolição dos escravos. Tinha como ideal substituir o trabalho escravo pelo trabalho assalariado, que seria, todavia, realizado pelos europeus. A ideia era substituir os negros pelos imigrantes, já que os abolicionistas acreditavam que o trabalho livre e assalariado poderia gerar ainda mais lucros para os senhores empreendedores. Por meio de José Bonifácio, os primeiros imigrantes europeus vieram ao Brasil para ocupar o lugar dos que eram escravizados. Foi desse modo que 50 ingleses chegaram a Santos a fim de se estabelecerem em terras brasileiras para o trabalho remunerado.

Assim como Rodrigues (1980), alguns autores que escreveram sobre Santos alegam que a população da cidade teria apoiado as atitudes abolicionistas, a ponto de alguns moradores terem criado pequenos quilombos em suas próprias residências para protegerem os escravos que viviam naquela região, onde muitos negros que desciam a Serra do Mar buscavam abrigo. Ainda de acordo com Rodrigues (1980), Santos declarou a sua própria abolição em 1886 (entre outras cidades da província de São Paulo) e, com a abolição da escravidão decretada em todo o território nacional, a cidade acabou reconhecida por todo o país como umas das primeiras a adotar a liberdade dos negros.

Embora Santos carregue até hoje o título de abolicionista, a incidência de pretos e pardos é bastante pequena na cidade, como pode se verificar pela tabela apresentada a seguir:

Tabela 10

População residente, cor ou raça: Brasil, Estado de São Paulo, municípios da Baixada Santista e Santos

Abrangência geográfica	Total	Branca	Negra(*)	Amarela	Indígena	Sem Declaração
Brasil	190755799	47,73	50,74	1,09	0,43	0
São Paulo	41 262 199	63,91	34,63	1,35	0,1	0,01
São Vicente	332 445	53,47	45,78	0,62	0,13	0
Cubatão	118 720	42,56	56,58	0,65	0,21	0,01
Praia Grande	262 051	57,09	41,97	0,79	0,15	-
Guarujá	290 752	47,03	52,16	0,65	0,17	0
Santos	419 400	72,18	26,71	0,99	0,11	0,01

Fonte: IBGE - 2010.

(*) Incluem os que se autodeclararam pretos e pardos.

A população negra da cidade de Santos é praticamente a metade (ou mais) da população das demais cidades da Baixada Santista, assim como um terço menor do que a do Estado de São Paulo.

Apesar desse número muito menor, não se pode esquecer que as oportunidades de ascensão social são muito desiguais, com privilegiamento da população branca, como afirma Rosemberg (1998) sobre a mobilidade social dos brancos e negros no Brasil. A autora alega que a distribuição espacial da população e a cor caminham juntas, isto é, a população branca se concentra em lugares mais ricos e a população negra em locais mais pobres. Esse fenômeno pode ser observado quando analisamos a distribuição da população no Litoral Sul Paulista.

Assim, ao cruzarmos os dados do número de negros encontrados nos municípios da Baixada Santista (Tabela 10) com os dados sobre o nível de renda na região (Tabela 11), chegamos à conclusão que o município mais rico da região é aquele que possui o menor percentual de habitantes negros, que se concentram em cidades praticamente unidas a Santos, mas com condições econômicas muito piores. Os dados a respeito da distribuição da riqueza por meio dos índices de salários (apresentados a seguir) comprovam esta afirmação.

Tabela11

Distribuição percentual da população pelos municípios da Baixada Santista e por renda nominal – salários mínimos (pessoas com 10 anos de idade ou mais).
2010

Município	Santos	S. Vicente	Praia Grande	Guarujá	Cubatão
Renda					
Sem ou até 1 salário	43,9	42,8	42,4	45,4	43,9
+ de 1 a 3 salários	28,4	30,1	56,6	60,2	23,8
+ de 3 a 5 salários	11,4	0,7	6,3	8,1	6,6
+ de 5 a 10	13,8	5,2	7,7	4,2	4,0
+ de 10 a 20 salários	17,1	3,4	2,8	2,8	0,8

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Pelos dados da Tabela 11 verifica-se que, se somada à população sem rendimentos ou que recebe até um salário mínimo, a diferença percentual entre os cinco municípios é pouco significativa. No entanto, conforme a renda nominal vai crescendo constata-se que há uma diferenciação gradativa da população santista que, de incidência percentual próxima à de São Vicente e Cubatão entre os que recebem entre mais de dois e três salários mínimos, chega a ter um percentual cinco vezes maior do que a de São Vicente, seis vezes o de Praia Grande e Guarujá e a vinte e uma vezes superior a de Cubatão quando se trata da população com mais de 10 anos de idade e renda igual ou superior a dez salários mínimos.

Ou seja, a população com renda mais elevada é significativamente maior no município de Santos, o que mostra que uma boa parcela da população possui condições econômicas muito favoráveis. Fica claro que as populações mais pobres foram empurradas para as cidades vizinhas, isto é, os outros municípios da Baixada Santista se tornaram “periferia” da cidade-polo.

Além disso, mesmo dentro dessas cidades consideradas como “periferias de Santos”, a localização das populações dessas cidades indica as condições econômicas de seus habitantes. De fato, os que vivem próximos à orla marítima são os mais providos de recursos financeiros, fator que também é predominante em Santos, como indicam CUNHA, JAKOB & YOUNG (2006):

[...] há claras evidências de que a proximidade da orla tem sido um dos elementos-chave para a localização da população de mais alta renda na região. Acompanhando a expansão metropolitana, percebe-se que, comparativamente à situação observada em 1991, em 2000 a concentração deste estrato populacional expandiu-se mais além de Santos, em direção a outros municípios como Guarujá, Bertioga, Praia Grande e Mongaguá. Contudo, não se pode deixar de mencionar o fato de que tanto o “interior” de Santos como parte do município de Cubatão também foram palco de expansão da

população mais abastada. Em todo caso, fica novamente a clara figura de que os locais disponíveis para a população de baixa renda encontram-se claramente delineados, ou seja, cada vez mais distantes do centro e das regiões mais valorizadas da orla marítima (CUNHA, JAKOB & YOUNG, 2006 p.430).

Dessa maneira, os mais desprovidos financeiramente acabam se alojando em bairros mais afastados do mar, como a área continental, os morros e a Zona Noroeste. Além desses locais, Mello (2008), em seu estudo a respeito da cidade, constatou que muitas pessoas de baixa renda se alojam no Centro de Santos, em antigos casarões que eram habitados pelos membros da elite até meados do século passado.

Segundo a autora, devido ao crescimento urbano da cidade, a alta sociedade deixou para trás o Centro e foi morar próxima às praias. Os casarões então passaram a servir de abrigo para inúmeras pessoas pobres que não tinham condições de ter uma casa e tornaram-se cortiços, devido ao aglomerado de gente vivendo num espaço que era originalmente habitado por apenas uma família.

A autora afirma que Santos é uma das cidades da Baixada Santista que mantém o maior número de cortiços (lugares que apresentam péssimas condições de moradia e estão próximos de pontos de drogas e prostituição, nesse caso), quase todos localizados no Centro e suas proximidades.

Dada essa diversidade de localidades de habitação, foi necessário detalhar a distribuição da população negra pelo município (Tabela 12). Para facilitar o entendimento da tabela e a leitura dos dados, os bairros de Santos foram agrupados em áreas, a saber: Área Marítima, Área Central e Portuária, Área dos Morros, Zona Noroeste e Área Continental.

Os bairros localizados na Área Marítima são os mais ricos da cidade: José Menino; Gonzaga; Boqueirão; Embaré; Aparecida; Ponta da Praia e Pompeia.

Os bairros que compõem a área Central e Portuária são: Estuário; Macuco; Encruzilhada; Campo Grande; Marapé; Jabaquara; Vila Belmiro; Vila Matias; Vila Nova; Paquetá; Centro; Valongo e Vila Progresso. Nessa área há uma diversificação de ocupação: Centro; Paquetá; Vila Mathias; Vila Nova e Valongo são lugares onde há menos pessoas residindo, pois são bairros mais voltados ao comércio e às atividades ligadas ao Porto e, além disso, grande parte da população que vive nesses bairros se aloja em habitações coletivas e cortiços. O segundo conjunto de bairros (Campo Grande, Vila Belmiro e Encruzilhada) engloba os que são

considerados nobres, com ocupação por uma parcela da classe média alta. Já a terceira área é composta pelos bairros Jabaquara, Marapé e Estuário, que também são habitados pelas camadas mais populares.

A Área dos Morros é ocupada fundamentalmente pelas camadas populares, e inclui os seguintes morros espalhados pelo município: Fontana; São Bento; Pacheco; do Jabaquara; do Saboó; Penha; do Marapé; Nova Cintra; Caneleira; Santa Terezinha; José Menino e Cachoeira. (Santos apresenta um número relativamente alto de morros e, entre as cidades da Baixada Santista, é a que apresenta o maior número de pessoas que neles residem).

A Zona Noroeste, assim como os morros, é composta por bairros populares: Vila Haddad; Saboó; Alemoa; Chico de Paula; São Manoel; Caneleira; Santa Maria; Bom Retiro; São Jorge; Areia Branca; Castelo; Rádio Clube e Piratininga. Nessa área estão concentradas as maiores favelas da cidade. Segundo uma reportagem publicada no Jornal Diário do Litoral (2014), na Zona Noroeste encontra-se o Dique da Vila Gilda, a maior favela em palafitas do Brasil.

Por fim, a Área Continental é integrada pelos bairros Guarapá; Monte Cabrão; Trindade; Cabuçú; Iriri; Caruara e Quilombo. Ela faz divisa com o município de Bertioga e possui acesso bastante dificultoso, a ponto de muitos residentes santistas desconhecerem os bairros que a compõe, com população bastante reduzida.

Tabela 12

Distribuição da população negra e branca santista, pelas áreas geográficas

Área	População	Total		Brancos		Negros	
		Nº	%P	Nº	%	Nº	%
Orla Marítima		178.987	51,3	155.433	86,8	23.554	13,2
Área Central e Portuária		120.383	29,6	89.474	74,3	30.909	25,7
Morros		29.551	4,7	14.356	48,6	15.195	51,4
Zona Noroeste		82.651	13,9	42.005	50,8	40.646	49,2
Área Continental		2.833	0,4	1.315	46,4	1.518	53,4

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Legenda:

%P = percentual da população branca e da população negra do município residente na área.

% = percentual da população branca e negra em relação à população total da área.

A primeira consideração a fazer em relação aos dados apresentados refere-se à concentração da população branca nas áreas mais nobres da cidade, (como, por exemplo, na Orla Marítima), tanto em relação ao total da população do

município, como em relação ao total de moradores nessa área. De acordo com a tabela apresentada, mais da metade da população branca (51%) que reside no município vive nesses bairros. Em relação à população total dessa área, vimos que a população branca compõe 86,8% dos moradores. Esses dados comprovam que a população branca residente em Santos é mais provida de recursos financeiros e tende a se concentrar próxima às praias. Por outro lado, apenas 21% dos negros que residem em Santos vivem nessa área, representando apenas 13,2% da população total desse conjunto de bairros.

A Área Central e Portuária é onde estão localizados 29,6% dos brancos santistas e 25,7% dos negros da cidade. Contudo, mesmo nessa área o percentual da população branca atinge 74,3%, e esta vive, em sua maioria, nos bairros mais nobres (como Vila Belmiro e Campo Grande). Os negros compõem 25,7% da população total dessa área, no entanto vivem em bairros mais populares, próximos às encostas dos morros e ao Centro. Além disso, um grande número de negros que vive nessa área – principalmente os que residem no Centro – mora em velhos casarões degradados que foram transformados em habitações coletivas.

Na Área dos Morros, apesar de haver pequena diferença entre os percentuais de moradores brancos (48,6%) em relação aos negros (51,4%), habitavam cerca de 4,7% dos brancos da cidade e 13,6% dos que pertenciam à população negra santista. Convém ressaltar que mesmo nessa área, os brancos tendem a se concentrar nos morros considerados mais nobres, enquanto os negros habitam os mais pobres e populares, e em muitos casos, os negros que ocupam as encostas mais íngremes em áreas de risco.

As fotos apresentadas a seguir ilustram bem essa diferença:



Figura 1: Condomínio de luxo situado no Morro de Santa Terezinha. (Crédito: Jornal da Orla, 4 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldaorla.com.br/noticias/2460-polemica-no-alto-do-morro/>>). Acesso em: 24 jan 2016.



Figura 2: Morro do Pacheco. (Crédito: Ivair Vieira Jr/G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2013/09/licitacao-para-teleferico-nos-morros-de-santos-comeca-nesta-segunda-feira.html>>). Acesso em: 24 jan 2016.

Quanto à área denominada Zona Noroeste, embora se registrasse um relativo equilíbrio entre a população branca (50,8%) e a negra (49,2%), o número de moradores em relação ao total do município era muito desequilibrado: 36,3% de negros contra 13,9% de brancos, o que demonstra que esta área é onde está concentrada a maior parte dos negros de Santos.

Quanto à Área Continental, com população extremamente reduzida, verifica-se equilíbrio tanto no número absoluto de habitantes negros e brancos da área, quanto na proporção em relação ao total de cada raça do município. No entanto, devido a essa população ser muito pequena a influência exercida nos dados estatísticos do município é mínima.

Todos esses dados corroboram com os apontamentos de Cunha, Jakob e Yong (2006) a respeito da distribuição populacional das cidades litorâneas. Visto que quanto mais distante da orla marítima, mais pobres são as pessoas, é de se esperar que a quantidade de negros aumente à medida que os bairros se distanciem das praias, pois a população negra santista ainda é mais pobre se comparada à branca.

Se, em termos de distribuição geográfica, fica patente a desvantagem de habitação da população negra, os dados do IBGE (apresentados na Tabela 13) sobre população em aglomerados subnormais⁵ tornam ainda mais gritante essa situação.

⁵ O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:
a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

Tabela 13
Distribuição da População em Aglomerados Subnormais

População/ Âmbito geográfico	Total		Branços		Negros	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	11.425.644	6,0	3.493.423	30,6	7.806.572	68,3
Estado de São Paulo	2.715.067	6,6	1.068.272	39,3	1.630.738	60,1
Santos	38.159	9,1	14.866	39,0	23.110	60,6

Legenda: %P - Percentual da população concentrada em aglomerados subnormais em relação ao total do país, do estado e do município.

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O primeiro dado que chama atenção é o percentual mais alto de moradores em aglomerados subnormais no município em comparação com os do Estado e do País, o que parece evidenciar que, apesar da pujança econômica de Santos, as condições sociais – pelo menos no que tange à habitação – colocam em cheque a qualidade de vida total da sua população.

Quanto à distribuição dessa população em relação à raça, a situação santista é praticamente idêntica à do Estado e pouco mais baixa que a da Nação, com a população negra muito mais concentrada nesses aglomerados do que a branca. Se considerarmos que o percentual de negros concentrado nessas áreas em relação à população total do município é maior em Santos do que no Estado (9,1% contra 6,6%), pode-se constatar que a situação do negro santista é pior dos que a do Estado, no que tange à habitação.

Todavia, apesar de todos esses fatores apontarem as dificuldades enfrentadas pela cidade, Santos é o município da Baixada Santista no qual a população recebe os maiores salários, como aponta a Tabela 14:

Tabela 14

Valor do rendimento nominal médio mensal das
pessoas de 10 anos ou mais de idade

Local	Pessoas		
	Branços	Pretos	Pardos
Santos	1.757,14	962,56	857,27
São Vicente	906,98	685,16	599,98
Praia Grande	910,93	700,21	584,23
Cubatão	759,34	680,12	599,01
Guarujá	879,41	621,61	547,26
São Paulo	1.173,51	692,45	594,91
Brasil	1.019,65	539,31	495,56

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Pelos dados da tabela verifica-se que a renda média mensal dos trabalhadores de Santos era superior tanto em relação aos dos demais municípios da Baixada Santista quanto aos do Estado e do Brasil. No entanto, a diferença entre salários de brancos, negros e pardos era muito maior no município do que nos demais: os negros com renda média equivalente a 54,8% da renda média dos brancos e a dos pardos a 48,8%.

Ao compararmos esse índice com os de São Vicente (o de maior defasagem entre essas rendas médias depois de Santos), onde a renda média dos pretos correspondia a 75,5% a dos brancos e a dos pardos a 66,25% podemos verificar que a população negra de Santos tinha uma defasagem de praticamente 20% em relação à desse município.

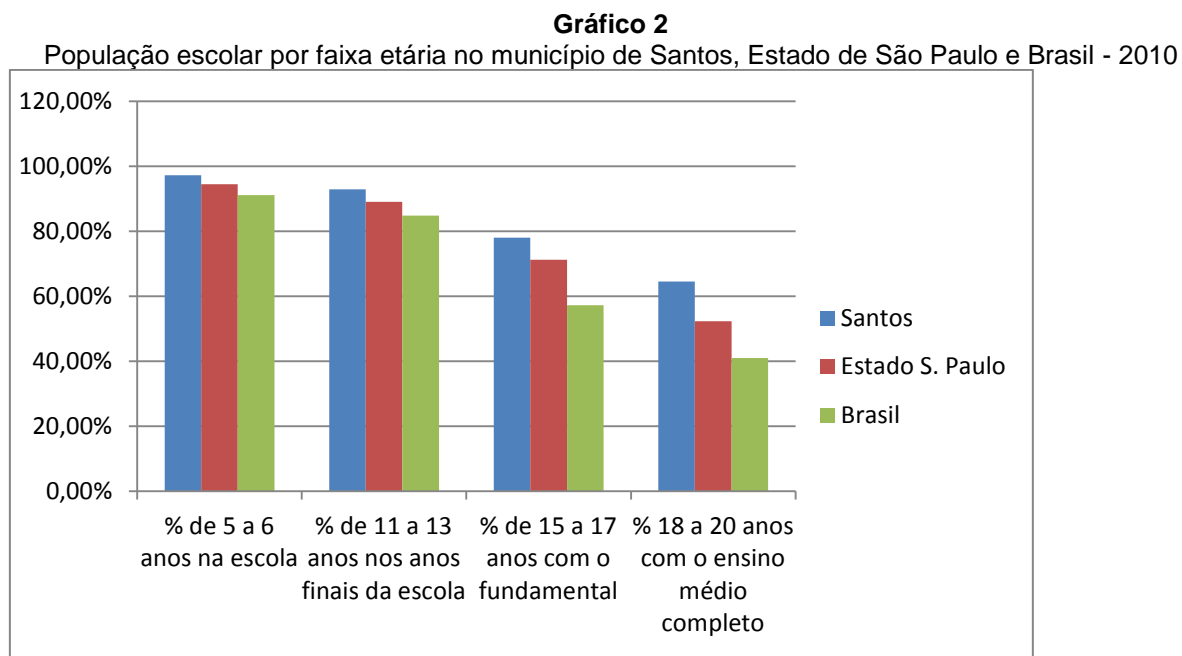
Esses dados, portanto, comprovam que a população residente em Santos é mais provida de recursos econômicos, mas a distribuição dessa riqueza entre brancos e negros é mais desigual, com privilegiamento da população branca.

Se a situação socioeconômica dos negros em Santos é pior do que as dos brancos, cabe verificar se esse prejuízo se estende à educação escolar.

2.1.3 Os Índices Educacionais Santistas

Segundo o IDMH (2010), entre 2000 e 2010 a cidade apresentou uma taxa de crescimento de 7,01%. Durante este período, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi o da Educação (com crescimento de 0,093), seguida pela Longevidade

e pela Renda. De acordo com os índices, em 2010 o fluxo escolar por faixa etária de Santos superava o nacional e estadual:



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2010).

Embora siga a mesma curva tendencial do Brasil e do Estado de São Paulo, verifica-se pelos dados do Gráfico 2 que, em todas as faixas etárias, a população santista que frequenta o Ensino Básico ou que completou o Ensino Fundamental e Médio é superior à estadual e nacional, com essa diferença se ampliando conforme vai se progredindo nas etapas do Ensino Básico. Isso parece demonstrar que os alunos santistas possuem melhores possibilidades de progressão até o Ensino Médio, com mais de 60% de jovens entre 18 e 20 anos possuindo Ensino Médio completo, contra pouco mais de 50% do Estado de São Paulo e 40% do Brasil. Essa informação vai ao encontro da afirmação de Cunha, Jakob e Young (2006), de que o município de Santos abriga a população proporcionalmente mais envelhecida e com maior grau de escolaridade e renda da Baixada Santista.

Outra informação relevante sobre a escolarização da população santista envolve o alto índice de alfabetização. Segundo o Censo Demográfico (2010), o índice de alfabetização entre pessoas acima de 10 anos era 97,8%, índice que ultrapassava o percentual estadual (que era de 95,9%). Além disso, o índice santista também ultrapassava o percentual nacional, que era de 91,0% de alfabetização entre a população brasileira.

Tendo em vista essa melhor performance santista em termos de escolarização, cabe apresentar dados sobre o seu sistema de ensino em comparação com os demais municípios da Baixada: distribuição das escolas por instância administrativa e distribuição da população escolar entre as escolas dessas instâncias. A tabela 15 apresenta os dados referentes ao número de escolas conforme a instância administrativa.

Tabela 15

Estabelecimentos de ensino fundamental por instância administrativa e por município										
Instância	Município Santos		S. Vicente		P. Grande		Cubatão		Guarujá	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pública Estadual	19	13,7	21	20,4	23	22,6	8	19,0	35	42,2
Pública Municipal	38	27,3	41	40,4	45	44,1	27	64,3	30	36,1
Privada	82	59,0	40	39,2	34	33,3	7	16,7	18	21,7
TOTAL	139	100	102	100	102	100	42	100	83	100

Fonte: IBGE (2015).

Pelos dados acima, verifica-se que o número de escolas privadas de Ensino Fundamental do município de Santos é maior do que a soma dos estabelecimentos de ensino estaduais e municipais, enquanto nos demais municípios esse total varia de praticamente 40% de escolas privadas em São Vicente e 20%, em Guarujá, passando por um terço na Praia Grande e pouco mais de 16% em Cubatão.

Esta distribuição evidencia uma situação discrepante na composição do sistema de ensino santista em relação aos demais municípios da Baixada Santista, embora o fato de possuir mais escolas privadas do que públicas no Ensino Básico não signifique que, automaticamente, o número de alunos das primeiras seja mais elevado, como pode ser observado na tabela 16:

Tabela 16

Distribuição da população escolar da educação básica pelos municípios da Baixada Santista

Município	Etapa	Pré-escola		Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total
	Público	Privado	Subtotal	Público	Privado	Subtotal	Público	Privado	Subtotal	
Santos	3.866	4.881	8.747	28.054	18.640	46.694	9.980	4.947	11.927	67.368
S. Vicente	6.544	1.790	8.334	39.818	7.718	47.536	12.812	1.765	14.577	70.447
P. Grande	6.040	1.283	7.323	36.837	5.549	42.836	9.954	1.352	11.306	61.465
Cubatão	3.156	2274	3;383	17.097	1.332	5.026	5.116	246	5.362	27.174
Guarujá	6.429	1.835	8.264	41.716	5.026	46.742	11.320	909	12.229	67.235

Fonte: BRASIL. IBGE (2012).

O primeiro comentário a fazer refere-se à relação entre a população escolar e o número de habitantes dos municípios (ver Tabela10). Embora São Vicente tenha praticamente 100.000 habitantes a menos que Santos, sua população escolar é maior. Ou seja, embora as taxas de escolarização de Santos sejam mais elevadas que de São Vicente, o número de alunos em idade escolar é proporcionalmente menor que os deste último. Esta discrepância fica ainda maior se comparamos os dados com os de Praia Grande, que possui número de alunos um pouco menor que os de Santos (61.465 contra 67.638), mas conta com uma população muito menor (290.000 contra 420.000).

Por outro lado, embora o número de escolas privadas em Santos seja mais elevado do que a soma das públicas, somente na Educação Infantil o número de alunos é (ligeiramente) maior nas privadas, sendo praticamente a metade das públicas no Ensino Médio e praticamente um quarto dos alunos das escolas públicas (7.000 contra 19.000).

Ou seja, fica evidente que as escolas privadas, em geral, atendem a um número bem menor de alunos do que as escolas públicas, que existem em menor número. Esta situação, seguramente, deve implicar em um número muito mais elevado de alunos por sala de aula nas públicas.

Levando em consideração que a população negra de Santos é proporcionalmente muito menor que a do Brasil, do estado e até mesmo dos demais municípios da Baixada Santista; que essa população possui condições econômicas inferiores às da população branca e que as escolas públicas abrigam alunos de famílias que não possuem condições econômicas para arcar com os custos de uma escola privada, cabe investigar como se apresentam os dados de escolarização do município em relação às distinções de raça/cor, o que será apresentado no próximo tópico.

2.2 Apresentação dos resultados

Neste tópico, apresento os dados colhidos do Censo Escolar (MEC/INEP, 2014), no qual cotejo as matrículas entre brancos e negros nas etapas do Ensino Básico (Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental e Médio).

São apresentadas tabelas com os dados mais atuais, produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – MEC/INEP (disponíveis no site do MEC); referentes às matrículas na Educação Básica, distribuídas pelas seguintes categorias: Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Para consolidar os resultados nacionais, foi necessário fazer a soma dos microdados das macrorregiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste, organizados em três categorias: nacionais, estadual (São Paulo) e municipal (Santos).

As somas totais do Brasil, do Estado de São Paulo e da cidade de Santos incluem apenas as administrações estaduais, municipais e privadas. Não foram consideradas as matrículas que correspondem às instâncias federais em nenhuma das somas, pois em Santos não há escolas federais de Educação Básica. Para tornar as tabelas mais legíveis, foram reunidas as matrículas das instâncias municipais e estaduais na categoria “instância pública” e cotejadas com as das instituições privadas.

Tendo em vista o objetivo desta investigação, são apresentados somente os indicadores da população branca e da população negra (incluindo pretos e pardos), com exclusão do raça/cor amarela e dos indígenas.

Da mesma forma, como o que se pretendeu investigar foi a situação escolar de negros e brancos, foram excluídos os que não declararam sua raça/cor. Embora em Santos esse número seja elevado (32,5% dos alunos matriculados), sua inclusão resultaria em uma proporção falsa da situação escolar das populações investigadas.

Feitos esses esclarecimentos, passamos à apresentação dos resultados.

A Tabela 17 apresenta os resultados do cotejamento entre as matrículas de brancos e negros na Educação Básica.

Tabela 17
Matrículas totais na educação básica, por raça (2014)

Abrangência geográfica	Branco		Negro	
	Nº	%	Nº	%
Brasil	13.720.960	45,8	16.228.511	54,2
São Paulo	4.958.450	69,8	2.149.166	30,2
Santos	43.613	75,8	13.903	24,2

Fonte: Tabela Elaborada pela autora com base no Censo Escolar 2014(MEC/INEP).

A tabela 17 indica a alta incidência de alunos brancos na Educação Básica de Santos, compondo 75,8% do total de matrículas, enquanto os alunos negros compõem apenas 24,2%.

Por outro lado, não se pode negar que o percentual de escolarização é praticamente proporcional à incidência da população branca e negra do município, conforme dados da Tabela 10: 72,18% de brancos e 26,71% de negros, ou seja, a oportunidade de acesso e permanência na escola é equilibrada em relação à raça.

Dessa forma, se em termos de acesso e permanência há proporcionalidade na distribuição das matrículas entre brancos e negros, cabe verificar como estas matrículas se distribuem entre as instâncias pública e privada nas diferentes etapas da Educação Básica, objeto das tabelas seguintes.

A Tabela 18 apresenta a distribuição das matrículas entre negros e brancos nas creches santistas:

Tabela18
Matrículas totais na creche, por instância administrativa e por raça (2014)

Abrangência Geográfica	Instância	Públicas				Privadas				Total			
		Branco		Negro		Branco		Negro		Branco		Negro	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil		685.775	52,8	613.396	47,2	464.142	68,6	212.928	31,4	1.149.917	58,2	826.324	41,8
São Paulo		264.291	72,5	100.271	27,5	197.972	79,6	50.639	20,4	462.263	75,4	150.910	24,6
Santos		1.239	73,4	449	26,6	4.004	82,9	826	17,1	5.243	80,4	1.275	19,6

Fonte: Tabela Elaborada pela autora com base no Censo Escolar 2014(MEC/INEP).

O primeiro comentário a ser feito em relação às matrículas nas creches é sobre o índice de Santos ser menor que os do estado e do País (diferença de 5% em relação ao primeiro e mais de 20% em relação ao Brasil).

No que tange às matrículas nas creches públicas da cidade verifica-se que, embora o índice também seja menor do que de todos os municípios da Baixada Santista, a superioridade de matrículas de crianças brancas (73,4% contra 26,6% de crianças negras) acompanha a incidência populacional, como foi observado no caso das matrículas totais na Educação Básica.

No entanto, quando se compara a diferença de número de matrículas entre as instâncias pública e privada, verifica-se que essa diferença percentual aumenta em cinco pontos. Em outras palavras, enquanto na instância pública cada matrícula de aluno negro corresponde a 2,6 matrículas de alunos brancos, na instância privada esse índice aumenta para 3,9 brancos para cada negro matriculado.

Apesar de não termos dados a respeito, não se pode deixar de lado o fato de que são consideradas instituições privadas tanto os berçários de escolas privadas de alto custo como as creches filantrópicas mantidas por entidades assistenciais e subsidiadas pela prefeitura municipal.

Tabela 19
Matrículas totais na pré-escola, por instância administrativa e por raça (2014)

Abrangência geográfica	Instância	Públicas				Privadas				Total			
		Branços		Negros		Branços		Negros		Branços		Negros	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil		1.110.266	42,7	1.490.014	57,3	523.243	61,3	330.641	38,7	1.633.509	47,3	1.820.655	52,7
São Paulo		414.565	69,1	185.192	30,9	154.951	87,8	21.480	12,2	569.516	73,4	206.672	26,6
Santos		1.689	69,8	731	30,2	3.224	81,9	713	18,1	4.913	77,3	1.444	22,7

Fonte: Tabela Elaborada pela autora com base no Censo Escolar 2014(MEC/INEP).

Quanto às matrículas na Pré-Escola em Santos, o número total é um pouco mais baixo do que o das Creches (6.518 nas Creches contra 6.357 na Pré-Escola) o que, a princípio, parece indicar que nem todas as crianças que frequentam as Creches conseguem se matricular na Pré-Escola.

Ainda em comparação com matrículas da Creche, verifica-se que, enquanto no Brasil as dos negros cresceram praticamente 10% (atingindo o percentual de 52,7%), em Santos esse incremento foi de apenas 3,1%, (com percentual de 22,7%). Apesar de bem menor do que o crescimento no país, as matrículas de negros nas creches no Estado também foram superiores, com a marca de 26,6%.

No que se refere às matrículas totais, embora a distribuição entre brancos e negros corresponda ao percentual de incidência de ambas as raças no município, elas são em proporção inferior à metade das do Brasil e quatro pontos percentuais abaixo das do Estado.

A distribuição das matrículas entre estabelecimentos de ensino públicos e privados mostra que a diferença de matrículas de crianças negras nas duas instâncias é de apenas 18 alunos a mais nas públicas. No entanto, enquanto nas públicas esse montante representa 30,2% do total, nas privadas as 713 matrículas de crianças negras representam apenas 18,1%.

Aqui cabe um alerta, pois diferentemente das Creches, as instituições com fins filantrópicos são praticamente inexistentes, o que pode estar interferindo nessa queda de matrículas de crianças negras nessa etapa de ensino.

A Tabela 20 apresenta a distribuição das matrículas no Ensino Fundamental.

Tabela 20
Matrículas totais no ensino fundamental, por instância administrativa e por raça (2014)

Instância Abrangência Geográfica	Públicas				Privadas				Total			
	Branco		Negro		Branco		Negro		Branco		Negro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	6.787.832	40,7	9.909.102	59,3	1.918.714	65,0	1.031.159	35,0	8.706.546	44,3	10.940.261	55,7
São Paulo	2.295.961	64,6	1.256.280	35,4	713.680	89,1	87.031	10,9	3.009.641	69,1	1.343.311	30,9
Santos	12.509	65,3	6.639	34,7	14.115	86,8	2.138	13,2	26.624	75,2	8.777	24,8

Fonte: Tabela Elaborada pela autora com base no Censo Escolar 2014(MEC/INEP).

O percentual de matrículas de alunos negros nessa etapa segue praticamente o mesmo verificado no Estado e no País. Tendo em vista que a média estadual e nacional engloba regiões e municípios muito diversos em termos de poder econômico e que um dos mais graves problemas do País é exatamente a desigualdade social, o fato de Santos apresentar crescimento percentual semelhante mostra que sua pujança econômica não tem se refletido numa qualificação da educação escolar para alunos negros, pelo menos no que se refere ao acesso e permanência nessa etapa de ensino, obrigatória desde a década de 1970.

Quanto ao aumento no percentual de matrículas de negros no Ensino Fundamental (24,8% contra 22,7%), ele se deve, única e exclusivamente, às matrículas em escolas públicas, já que as matrículas nas privadas foram de apenas 13,2% em relação às matrículas de alunos brancos, com redução de praticamente cinco pontos percentuais às verificadas na Pré-Escola (que era de 18,1%), conforme pode ser observado na Tabela 19.

Tabela 21
Matrículas no Ensino Médio, por instância administrativa e por raça (2014)

Instância	Públicas				Privadas				Total			
	Branco		Negro		Branco		Negro		Branco		Negro	
Abrangência geográfica	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	1.831.429	42,4	2.483.317	57,6	399.559	71,7	157.954	28,3	2.230.988	45,8	2.641.271	54,2
São Paulo	751.585	63,6	430.323	36,4	165.445	90,2	17.950	9,8	917.030	67,2	448.273	32,8
Santos	3.544	63,0	2.078	37,0	3.289	90,9	329	9,1	6.833	74,0	2.407	26,0

Fonte: Tabela Elaborada pela autora com base no Censo Escolar 2014(MEC/INEP).

Nesta etapa de ensino verifica-se um verdadeiro gargalo em relação ao Ensino Fundamental, se comparamos os totais desta tabela com a tabela 20: no Brasil, de cada quatro alunos que concluem o Ensino Fundamental apenas um ingressa no Ensino Médio (19.646.807 no Fundamental contra 4.872.259 no Médio); no Estado essa proporção é de 4,5 concluintes para cada ingressante (4.352.952 contra 961.303) e, em Santos, de 3,8 concluintes para um ingressante no Ensino Médio; evidenciando que o acesso ao Ensino Médio é proporcionalmente melhor no município do que no Estado e no País.

No entanto, se analisarmos o gargalo em relação à raça, verificaremos que, enquanto no Brasil o número de alunos negros – tanto no Fundamental quanto no Médio – foi superior ao dos brancos, em Santos ocorreu o inverso. Além disso, se dividirmos o número de alunos do Fundamental pelos do Médio, a situação dos negros santistas também é pior: de cada 3,6 alunos do Fundamental apenas 1 ingressa no Médio, enquanto no Brasil e no Estado essa proporção é de 3 para 1.

No que se refere à relação público-privado, a situação do estudante negro se agrava, pois enquanto no Brasil o total de matrículas de alunos negros no Ensino Privado corresponde a pouco menos de 30% e no Estado a praticamente 10%, no município ela foi de apenas 9,1%. Como é público que, em geral, os estudantes de escolas privadas conseguem melhor rendimento do que o das públicas, pode-se inferir que, neste aspecto, os estudantes negros ficam prejudicados. Em outras palavras, se o gargalo de passagem para o Ensino Médio atinge o alunado em geral, em Santos ele ainda é mais estreito para os alunos negros.

Estes foram os achados que pudemos produzir no que se refere às matrículas na Educação Básica distribuídas entre crianças e adolescentes brancos e negros, cujas considerações apresentamos a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As minhas experiências na EDUCAFRO, assim como as que pude ter lecionando como professora eventual, foram o ponto de partida para meu interesse crescente sobre a temática que envolve as relações raciais existentes no Brasil. Durante a elaboração deste trabalho, foram abordados diversos estudos que responderam a uma série de dúvidas a respeito das diferenças sociais e das desigualdades entre brancos e negros, que tanto me inquietavam.

O presente estudo teve como objetivo verificar se os índices de escolarização dos alunos negros de Santos poderiam apresentar melhores resultados educacionais comparados aos índices do Estado de São Paulo e aos do Brasil, em razão da baixa incidência de negros no município, do seu elevado índice de qualidade de vida e à sua força econômica. A hipótese era que, com essas características, o município reuniria totais condições para a qualificação educacional desses alunos, superando os índices estaduais e nacionais.

Para iniciar esta pesquisa, foi necessário compreender as relações raciais no Brasil. Entre outros autores, tive como referenciais Fernandes (1964) e Munanga e Gomes (2006). Por meio do primeiro autor, foi possível compreender o processo histórico do racismo, assim como a trajetória dos negros e brancos brasileiros; enquanto os segundos permitiram que eu pudesse situar o negro nos dias atuais, apontando as situações econômica, profissional, educacional e social desta população.

Portanto, esta é uma pesquisa documental, realizada através da utilização de dados contidos no Censo Escolar de 2014 BRASIL. MEC/INEP, 2014), na qual se procurou cotejar índices de escolarização de negros e brancos do município de Santos, com os do Estado de São Paulo e do Brasil, com base na distribuição de matrículas na Educação Básica, pelas etapas de ensino que a compõem.

Efetivada a coleta de dados, estes foram organizados em tabelas que permitiram o referido cotejamento.

Os principais achados foram os seguintes:

- em termos de matrículas totais na Educação Básica, a distribuição percentual entre negros e brancos é muito próxima à incidência dessas duas raças no município;

- as matrículas nas creches também condizem com a incidência de brancos e negros na cidade (em especial nas creches públicas) e, apesar do número de alunos negros nas creches privadas ser mais elevado que o das matrículas nas públicas (826 contra 449), elas representam apenas 17,1% do total de matrículas nesta instância administrativa. Além do mais, esse número maior de matrículas nas privadas tanto pode expressar o fato das famílias dessas crianças negras terem condições econômicas para tanto como a possibilidade delas se efetivarem em creches filantrópicas mantidas por entidades assistenciais, cujos dados não tivemos oportunidade de colher;

- as matrículas na Pré-escola parecem indicar que nem as todas crianças que frequentam as creches conseguem frequentá-la, na medida em que o número total aqui é menor do que nas creches. Em relação à distribuição de matrículas de alunos negros, dois achados chamam a atenção: 1) a quantidade quase idêntica entre as matrículas nas escolas públicas e privadas têm uma proporcionalidade muito distinta (18,1% do total nas privadas e 30,2% nas públicas); e 2) a proporcionalidade de matrículas de alunos negros no município foi reduzida em relação à apresentada no caso das creches;

- no Ensino fundamental, o achado mais significativo foi o fato de o aumento percentual em relação à Pré-escola dever-se ao acesso quase que exclusivo às escolas públicas, pois há uma queda sensível no percentual de matrículas de alunos negros nas instâncias privadas. Além disso, embora o percentual de matrículas de alunos negros no Ensino Fundamental em Santos seja quase o mesmo verificado no Estado e no País, o fato de se efetivarem na escola pública revela uma menor possibilidade de ensino qualificado;

- quanto à última etapa de ensino, verificou-se que, mesmo levando-se em consideração que o gargalo existente na passagem do Ensino Fundamental para esta etapa se dissemina por todo o País, os achados mais importantes foram a

percepção de que ele é mais estreito no município do que no Estado de São Paulo e no Brasil, e que o percentual de matrículas no ensino privado reduz-se ainda mais. Outro fator que aponta a situação de desvantagem dos alunos negros em Santos é a queda de matrículas nas instâncias privadas: em Santos, o percentual de negros matriculados no Ensino Médio privado é menor que os números do estado e do país.

O que se pode inferir a partir desses dados é que a expectativa de que a escolarização dos negros no município de Santos teria melhor qualidade e índices educacionais – devido à sua pujança econômica, alto índice de qualidade de vida e pouca incidência de negros – não redundou em maiores oportunidades do que as ocorridas no Estado e País. Na medida em que os índices são relativamente próximos em boa parte das etapas de ensino, e é de domínio público que os índices globais escondem diferenças significativas entre regiões e municípios ricos e pobres, essa proximidade em relação às proporções estaduais e nacionais mostram que Santos não se situa entre as cidades com um patamar educacional mais elevado em relação a regiões e municípios com condições econômicas mais precárias.

Por outro lado, a redução gradativa da proporção de matrículas no ensino privado (da Pré-escola ao Ensino Médio), bem como o gargalo mais apertado do que os verificados no Estado e País na passagem do Ensino Fundamental para o Médio, expressam a concentração de oportunidades de acesso educacional nos níveis mais baixos de escolarização, assim como uma elitização a favor da população branca nos níveis mais altos.

Reconhecendo que, como pesquisa exploratória, os dados aqui coligidos permitiram uma análise preliminar, ressalta-se que eles podem servir como ponto de partida para estudos mais aprofundados, especialmente no que se refere à progressão escolar de alunos brancos e negros, que parecem revelar formas mais sutis de discriminação racial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico 2010. Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp#>>. Acessado em 21 dez. 2014.

_____. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência* p.1-215. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. *Censo demográfico 2012. Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 25 jan 2016.

BRASIL. MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados censo escolar 2014*. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1998.

BUENO José Geraldo S.; RODRIGUES, Leda Maria; BITTENCOURT, Circe Maria; GIOVINAZZO Jr, Carlos Antônio. *Processo de escolarização, desigualdades sociais e diversidade cultural*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/284161706/Processos-de-Escolarizacao-Desigualdades-Final#scribd>>. Acesso em: 24 jan 2016.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2006.

CARVALHO, Marília. *Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, jan./fev./mar./abr., 2005.

CARVALHO, Marta M. *C.A Escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos*

epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 1998.

CUNHA, José Marcos Pinto; JAKOB, Alberto Augusto Eichman; YOUNG, Andréa Ferraz. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970. In CUNHA, José Marcos Pinto.(org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas, p. 399-434, 2006.

DIÁRIO DO LIOTRAL. RX: Do maior porto à maior favela em palafitas. Disponível em: <http://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/raio-x-dl-do-maior-porto-a-maior-favela-em-palafitas/59952/>. Acessado 05 jan 2016.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

_____. Luta de raça e de classe. *Teoria e debate*, n. 2, 1988.

FERRARO, Alceu R. Diagnóstico a escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 1999.

_____. Gênero, raça e escolarização na Bahia e no Rio de Janeiro. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, 2009.

_____. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.36, n. 2, p. 505-526, mai./ago. 2010.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *Dado: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.38, n. 2, p. 355-374, 1995.

_____; SILVA, Nelson do Valle. Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 5-12, mai., 1990.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília: IPEA, 2001.

_____. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no

Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO Marlava J. *Pobreza e desigualdade social: Traçando caminhos para a Inclusão social*. Brasília: Edições UNESCO, 2003.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

LICHTI, Fernando M.; SANTOS, Francisco M. *História de Santos- Polianteia Santista*, v. 3, s.l., Caudex, 1996.

LOUZANO, Paula. Fracasso Escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais. *Cadernos Cenpec*. São Paulo, v. 3, n. 1, jun. 2013.

MAESTRI, Mario. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MELLO, Gisele Homem de. *Expansão da estrutura urbana de Santos (SP): aspecto da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2008.

MERCADANTE, Aloizio. Construindo Estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO Marlava J. *Pobreza e desigualdade social: Traçando caminhos para a Inclusão social*. Brasília: Edições UNESCO, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, jul./dez., p. 31-34. 2001.

_____; GOMES, Nilma L. *O negro no Brasil de hoje*. Goiânia: Global, 2006.

NERI, Marcelo C. *O motivo da evasão escolar*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

PINTO, Regina P. Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, p. 41-50, fev. 1992.

RODRIGUES, Olavo. *Cartilha da história de Santos*. Santos: A Tribuna, 1980.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Júlio (org.). *Diferenças e preconceito na escola*, alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus. 1998.

_____; PIZA, Edith. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. O povo negro. *Revista USP*, São Paulo (28): pp. 110-121, dez./fev. 1995/96.

ROSSATO, Cesar; GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: Estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

ROSSETTO, Alessandra Colombo. *A qualidade da educação na rede municipal de ensino de São Paulo: o desempenho em língua portuguesa e as condições objetivas para a formação dos alunos*. Dissertação de-Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlava J. A UNESCO e o compromisso com o desenvolvimento e o combate à pobreza. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO Marlava J. *Pobreza e desigualdade social: Traçando caminhos para a Inclusão social*. Brasília: Edições UNESCO, 2003.

VIVA SANTOS. Disponível em: <<http://www.vivasantos.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.